

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Administrativo nº 30665/2025)

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA sediado à Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras – Bahia, através do PREGOEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, designado pela Portaria nº 124/2025, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, e modo de disputa **ABERTO E FECHADO** para realização de **Procedimento Auxiliar de Registro de Preços para a aquisição de Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico - Parte I, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/90** – **Decreto Municipal nº 198/2023** – **Decreto Municipal nº 134/2024** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema **licitanet.com.br**.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico através do site **<https://licitanet.com.br/>**.

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico **licitacaosaude.barreiras@gmail.com**.

1.7.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: **licitacaosaude.barreiras@gmail.com**

1.8.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.8.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

2.1 – No dia **02 de fevereiro de 2026, às 08:00h**, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**, no endereço eletrônico **<https://licitanet.com.br/>**.

2.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

3. OBJETO

3.1 – O objeto da presente licitação é a realização de **Procedimento Auxiliar de Registro de Preços para a aquisição de Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico - Parte I, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA**, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes da presente contratação serão pagas com recursos do Fundo Municipal de Saúde - CNPJ Nº 08.595.187/0001-25, e por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação orçamentária será feita no momento da realização do processo de compra, por meio de instrumento hábil de contratação.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO por LOTE**.

6. PRAZOS

6.1. Em consonância com o previsto no Art. 15, IX, do Decreto Nº 11.462/2023, entende-se que o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

6.2 - O prazo de entrega dos Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico, é de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, conforme especificações dos lotes constantes do Termo de Referência;

6.2.1 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.2.2 - Os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico deverão ser entregues no seguinte endereço:

6.2.3 - **Almoxarifado de Saúde Bucal - Rua Dudu Coité, nº 119, Bairro Jardim Ouro Branco, CEP: 47802-350, das 08h00min às 18h00min;**

6.2.3.1 – No caso de materiais e insumos **com prazo de validade superior a 01 (um) ano, por ocasião da entrega, somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 25% (vinte e cinco por cento) do prazo de validade;**

6.2.3.2 - No caso de materiais e insumos **com prazo de validade inferior a 01 (um) ano, por ocasião da entrega, somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 90% (noventa por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 10% (dez por cento) do prazo de validade;**

6.2.3.3 - A carga e a descarga serão custeadas pela Contratada, sem ônus de frete à Contratante;

6.2.3.4 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 90 (noventa) dias, contados da data da realização da licitação.

6.3 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado através do site <https://licitanet.com.br/>.

7.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem quaisquer fatos impeditivos de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

7.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

7.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

7.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido penalizados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

7.8 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.6) do item 12.

7.9 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

7.10 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

7.11 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.12 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.13 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.14. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

7.14.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

7.15 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8. CREDENCIAMENTO

8.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta no site <https://licitanet.com.br/>.

8.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema licitanet através do site <https://licitanet.com.br/>.

8.1.2 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8.1.3 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a Administração municipal, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.1.4 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

9. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.

9.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

9.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no **MENOR PREÇO POR LOTE** do objeto licitado.

9.1.2.1 A proposta de preços deverá apresentar os preços unitários, totais e global, para o item ofertado, expressando os valores em moeda nacional, em duas casas decimais, em algarismos e por extenso, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

9.1.2.2 O formulário da proposta de preços em sua forma impressa, conforme modelo do Anexo VII, somente será utilizado pelo licitante arrematante.

9.1.2.3. **As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 90 (noventa) dias, contados da data da realização da licitação.**

9.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 2.1.

9.2.1 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro após o encerramento do envio de lances.

9.2.2 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 11.4.2.

9.2.3 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

9.2.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.2.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do objeto, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

9.3.1 – Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

9.4 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os bens.

9.5 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

9.6 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O município, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

9.7 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.8 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

9.8.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

9.8.2 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.9. DA COTA PRINCIPAL E DA COTA RESERVADA – APLICAÇÃO DA LC 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014 - DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME e EPP.

9.9.1. OS LOTES 01, 04, 05, 07 e 11 (**COTA PRINCIPAL**) são destinados à participação ampla dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresa - E ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (com os benefícios previstos na LC 123/06);

9.9.2. Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 (alterada pela LC n. 147/2014), OS LOTES 02, 03, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16 (**COTA RESERVADA**) é para participação exclusiva apenas de ME e EPP.

10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

10.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

10.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

10.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

10.4 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

10.5 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

10.6 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

10.7 – Para a etapa de lances neste prego eletrônico será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”**.

10.8 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

10.9 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

10.9.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

10.9.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.9.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

10.9.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 19 deste edital.

10.10 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

10.10.1 – Encerrado o prazo previsto no item 10.10, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.10.2 – Encerrado o prazo previsto no item 10.10.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

10.10.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 10.10.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.10.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 10.10.2 e 10.10.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.10.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 10.10.2 e 10.10.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 10.10.4.

10.10.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 10.10.5.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

11.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance cujo valor seja igual ou inferior ao previsto para cada lote na estimativa orçamentária.

11.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

11.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

11.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

11.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

11.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

11.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 11.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

11.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 11.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

11.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.4.2 – Haverá um prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 9.2.2, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

11.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

11.6 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

11.7 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

11.8 – Encerradas as negociações, deve ser apresentada a ordem de classificação de todas as participantes.

11.8.1 – Estabelecida a ordem de classificação, deve ser verificado se a oferta de menor valor e se a oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte com melhor classificação são consideradas aceitáveis.

11.8.2 – Ultrapassados os procedimentos descritos no item 11.8 e no subitem 11.8.1, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 12 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 12 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, somente quando solicitada(s) a fazê-lo pelo Pregoeiro. A remessa deverá ser realizada por meio do Sistema LICITANET através do site <https://licitanet.com.br/>.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da(s) licitante(s) quanto às condições de habilitação, indicando, desde logo, a data e hora em que a sessão será reaberta.

f) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

g.1) Caso a licitante detentora da oferta de menor valor seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não é necessária a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006;

g.2) Caso a licitante detentora da oferta de menor valor não seja microempresa ou empresa de pequeno porte, mas ocorrer o empate ficto ou presumido, e sendo apresentada melhor proposta por microempresa ou empresa de pequeno porte, não é necessária a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

g.3) Caso não ocorram as situações descritas nas alíneas g.1 e g.2, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para indicar se poderá contratar 10% (dez por cento) do objeto licitado pelo preço apresentado na proposta vencedora, hipótese em que a empresa de médio ou grande porte vencedora do certame será contratada para fornecer 90% (noventa por cento) do objeto licitado;

g.4) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada na forma da alínea g.3 não aceite contratar 10% (dez por cento) do objeto licitado pelo preço apresentado na proposta vencedora, serão convocadas, na ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte para o exercício de igual direito.

11.9 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 4.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

11.9.1 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 11.9.

11.10 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

11.11 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

11.12 – Encerrada a sessão pública, a licitante arrematante deverá apresentar, a Comissão de Licitação, a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema LICITANET em via física, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a sua recusa em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

12. HABILITAÇÃO

12.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 11.12 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
- (C) Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
- (D) Documentação relativa à qualificação técnica.

12.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

12.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

12.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A), (B) e (C) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

12.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

12.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 12.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

(A.2) **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

(A.3) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

(A.4) **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(A.5) **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

(A.6) **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(A.7) **Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

(A.8) **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

(A.9) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

(B) – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

(B.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

(B.2) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

(B.3) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

(B.4) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

(B.5) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

(B.6) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

(B.7). Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

(B.8). Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

(B.9). O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

(C) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(C.1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

(C.2) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC);

(C.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

(C.4) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

(C.5) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação;

(C.6) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

(C.7) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

(D) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(D.1) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

(D.2) Para efeito de contratação, a Contratada deverá atender todas as exigências e comprovações do instrumento convocatório, e observando para a qualificação técnica os seguintes documentos:

(D.2.a.) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade compatível em características com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;

(D.2.b.) Licença de Funcionamento, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal, da sede da licitante, de acordo com Art. 51 da Lei Federal Nº 6.360/1976;

(D.2.c.) Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde, em conformidade com o disposto no Art. 50 da Lei Federal Nº 6.360/1976, para os lotes em que se exigir tal Autorização;

Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do (D.2.d.) Apresentar Certificado de Registro do Produto emitido pelo Ministério da Saúde, ou, alternativamente, cópia legível da publicação no Diário Oficial da União, ou ainda comprovante de protocolo de solicitação de revalidação dentro do prazo legal, ou, quando for o caso, o respectivo certificado de isenção de registro ou notificação simplificada, para os lotes em que se exigir o referido Registro.

13. RECURSOS

13.1 Depois de declarado o vencedor pelo Pregoeiro, qualquer licitante, inclusive o que for desclassificado antes da fase de disputa, poderá manifestar, motivadamente, de forma sucinta, sua intenção de interpor recurso através da opção “ACOLHIMENTO DE RECURSO” do sistema eletrônico.

13.2 Qualquer licitante poderá manifestar-se motivadamente a intenção de recorrer, no prazo máximo de 10(dez) minutos, ao ato que o licitante for declarado Vencedor no site <https://licitanet.com.br/>. Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões constantes do recurso. Fica os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2.1 A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo descrito no item anterior, importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo os relativos aos atos de habilitação, inabilitação e julgamento das propostas.

13.4. A decisão do Pregoeiro sobre o recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

13.5. Os recursos deverão ser protocolados no SISTEMA LICITANET.

13.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitação da Prefeitura.

13.7 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

14.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

14.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

14.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15. GARANTIA

15.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor);

15.6 GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.6.1 Nos termos do Art. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, informa-se que não será exigida a prestação de garantia contratual, uma vez que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto na legislação vigente;

15.6.2 A natureza do objeto, aquisição futura e eventual de materiais hospitalares e outros insumos, conforme demanda, não justifica a exigência de garantia, haja vista que a contratação por SRP não gera obrigação imediata de fornecimento, mas sim o compromisso de disponibilização dos itens quando requisitados. Assim, a ausência de exigência de garantia está em conformidade com o princípio da razoabilidade e da economicidade, considerando a característica e a finalidade do certame.

16. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

16.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que adjudicará o objeto e homologará a licitação.

16.2 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

16.3 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

16.3.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.3.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.4 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

16.5 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

16.6 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.7 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

16.8. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

17. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1 DO RECEBIMENTO

17.1.1 Os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

17.1.2 Os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento PROVISÓRIO, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

17.1.2.1 A não substituição no prazo de 10 (dez) dias úteis constitui motivo para cancelamento da Ata de Registro, conforme Art. 28, Incisos I, II, III e IV do Decreto Nº 11.462, de 2023.

17.1.3 O recebimento, PROVISÓRIO e DEFINITIVO, serão realizados na forma do Art. 15, Inciso II da Decreto Municipal Nº 045, de 2024, a saber:

- a. Provisoriamente, de forma sumária, pelo Fiscal, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b. Definitivamente, pelo Gestor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

17.1.4 O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) material(is) e consequente aceitação, mediante termo detalhado;

17.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

17.1.6 8.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

17.1.7 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

17.1.8 O recebimento PROVISÓRIO ou DEFINITIVO do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da avença.

17.2 DA LIQUIDAÇÃO

17.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

17.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

17.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

17.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

17.3 DO PRAZO DE PAGAMENTO

17.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

17.3.1.1 A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25;

17.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

17.3.3 A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

17.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.3.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

17.3.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência;

17.3.7 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

17.3.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

17.3.9 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

17.3.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

17.3.11 Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

17.3.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

17.3.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

17.4 DA FORMA DO PAGAMENTO

17.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado;

17.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

17.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

17.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

17.4.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

18.1 Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

18.1.1 A Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos materiais, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021;

18.1.2 O reequilíbrio econômico-financeiro da ARP, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

18.1.2.1 Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual;

18.1.2.2 Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor de mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

18.1.3 Para solicitar o reequilíbrio não poderá haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objeto do pedido;

18.1.4 Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados e solicitados. Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores à decisão final da Autoridade Competente;

18.1.5 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do fornecimento;

18.1.6 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época;

18.1.7 Independentemente da solicitação, o Órgão Gerenciador poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação;

18.1.8 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo à Autarquia a análise e deliberação a respeito do pedido;

18.1.9 Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela Autarquia e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste Termo de Referência; 18.1.10 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo;

18.1.11 Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Autarquia deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

18.2 Do Reajuste de Preços

18.2.1 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta ou do orçamento estimado, ainda que a presente aquisição seja realizada exclusivamente por meio de **Ata de Registro de Preços**, sem formalização de contratos decorrentes;

18.2.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

18.2.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

18.2.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

18.2.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo

18.2.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

18.2.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

18.2.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).
- IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

19.3 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

19.4 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

19.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;

19.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

19.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

19.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

19.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

19.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

19.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133, de 2021;

19.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 2022.

20. FORO

20.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

21.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

21.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

21.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

21.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Minuta de Ata de Registro de Preços
Anexo III	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo IV	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo V	Declaração para Fins de Habilitação Econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VI	Modelo de Proposta de Preço
Anexo VII	Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Barreiras/BA, 20 de janeiro de 2026.

LARISSA GOMES BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde
Portaria Nº 34/2025

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico - Parte I, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA, observadas todas as condições e exigências aqui estabelecidas;

1.2 É facultado à licitante participar de quantos lotes forem de seu interesse. Contudo, ao optar por participar de determinado lote, deverá apresentar proposta para a totalidade dos itens nele contidos;

1.3 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item constante no Catálogo do Sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste Termo de Referência.

1.4 A licitante deverá atentar-se às especificações técnicas dos itens, especialmente quando forem indicadas marcas apenas como referência de qualidade, com vistas à padronização, compatibilidade com plataformas existentes ou atendimento a requisitos técnicos específicos. Ficam vedadas marcas ou produtos que não atendam às exigências de desempenho, qualidade e adequação da Administração, conforme disposto no Art. 42 da Lei Nº 14.133, de 2021.

1.5 Da Especificação Técnica e Quantidade da Solução

1.5.1 O objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas no Anexo deste Termo de Referência;

1.5.2 Os insumos, materiais e equipamentos de uso odontológico descritos neste Termo de Referência são considerados bens comuns, conforme definição do inciso XIII do Art. 6º da Lei Nº 14.133, de 2021, que dispõe:

“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”

1.5.3 O objeto desta aquisição não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal Nº 134, de 2024, que regulamenta o disposto no Art. 20 da Lei Nº 14.133, de 2021, para estabelecer o enquadramento de bens de consumo adquiridos pela Administração Pública nas categorias de qualidade comum e de luxo. Dessa forma, os itens desta contratação são classificados como de qualidade comum, destinados ao atendimento de necessidades essenciais da população;

1.5.4 A validade da Ata de Registro de Preços (ARP), documento de natureza obrigacional e vinculativa, que formaliza compromisso para futuras aquisições, será de 12 (doze) meses, conforme disposto no Art. 54 do Decreto Municipal Nº 198, de 2023, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação, nos termos do Art. 84 da Lei Nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação desta contratação decorre da obrigação da Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA em garantir o fornecimento contínuo de insumos, materiais e equipamentos odontológicos, essenciais para a execução de serviços de saúde bucal à população;

2.2 A demanda apresentada encontra respaldo no dever constitucional do Município de prover condições adequadas para o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, nos termos do Art. 196 da Constituição Federal, bem como em conformidade com as disposições da Lei Nº 8.080, de 1990 – Lei Orgânica da Saúde.

2.3 Descrição da Necessidade da Contratação

2.3.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de insumos, materiais e equipamentos odontológicos destinados à reposição, manutenção e renovação dos itens utilizados na assistência odontológica prestada pelas Equipes de Saúde Bucal da Atenção Primária e pelo Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Barreiras-BA;

2.3.2 A aquisição dos insumos odontológicos é imprescindível para assegurar a continuidade, qualidade e eficiência dos procedimentos clínicos realizados. Tais insumos — como materiais restauradores, esterilizáveis e descartáveis — são essenciais à biossegurança, à integridade do paciente e à excelência dos serviços prestados. Ademais, a reposição periódica desses materiais é necessária para acompanhar os avanços tecnológicos, ampliando a resolutividade e a eficácia dos tratamentos ofertados;

2.3.3 Entre os itens demandados, destacam-se os insumos básicos e específicos para restaurações dentárias, procedimentos que integram a rotina de toda a Rede de Atenção à Saúde Bucal. Esses itens são fundamentais para o alcance das metas pactuadas com o Ministério da Saúde, assegurando a manutenção dos repasses de recursos federais destinados à execução dessas ações;

2.3.4 No tocante aos equipamentos odontológicos, a atualização e substituição periódica são igualmente indispensáveis, uma vez que a evolução tecnológica proporciona maior eficiência operacional, redução do tempo de atendimento, melhoria nos diagnósticos e tratamentos, além de oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais e maior conforto e segurança aos pacientes. O investimento em equipamentos modernos fortalece a imagem institucional dos serviços de saúde, demonstra o compromisso do Município com a qualidade assistencial e contribui para a satisfação da população usuária;

2.3.5 Diante do exposto, e considerando a necessidade de cumprimento das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, bem como a observância dos princípios da continuidade, eficiência, qualidade e segurança na prestação dos serviços de saúde bucal, justifica-se plenamente a presente aquisição de insumos, materiais e equipamentos odontológicos, medida essencial para assegurar a efetividade da política pública de saúde no Município de Barreiras-BA.

2.4 Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

2.4.1 As quantidades estimadas para aquisição de insumos, materiais e equipamentos odontológicos foram definidas a partir de metodologia objetiva, transparente e tecnicamente fundamentada, em conformidade com o Art. 18, Inciso X, da Lei Nº 14.133, de 2021 e com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, que disciplinam a necessidade de elaboração de estudos técnicos preliminares e memória de cálculo para dimensionamento da demanda;

2.4.2 A metodologia utilizada considerou como base o consumo efetivo no exercício de 2024, conforme registros da Central de Abastecimento de Materiais Odontológicos. A este quantitativo foi acrescido um fator de 40% (quarenta por cento), aplicado de forma uniforme, com a finalidade de:

2.4.2.1 Corrigir distorções decorrentes de desabastecimento gerado por fornecedores contratados em anos anteriores, situação que impactou negativamente a regularidade do fornecimento e não refletiu a demanda real apresentada;

2.4.2.2 Atender à ampliação da cobertura assistencial da Rede de Atenção à Saúde Bucal (RASB), que passou a funcionar de forma integral e contínua, incluindo:

- o funcionamento noturno de três equipes de Saúde Bucal (eSB);
- a expansão do atendimento em três Unidades de Saúde da Família localizadas na zona rural (USF Amadeu R. Pompeu, USF Carlos P. Albernaz e USF Ana N. Cardoso);

2.4.2.3 Antecipar a necessidade de novas equipes de Saúde Bucal previstas para implantação até 2026, com mais 02 (duas) eSB na zona urbana;

2.4.2.4 Considerar o crescimento populacional da área de cobertura, que amplia de forma progressiva a demanda por procedimentos odontológicos.

2.4.3 Importante ressaltar que, no âmbito da saúde, não é possível presumir com exatidão o quantitativo a ser consumido, haja vista que a demanda é variável, dinâmica e depende de fatores epidemiológicos, sociais e assistenciais que não podem ser totalmente previstos. Assim, a Administração deve adotar estimativas técnicas razoáveis, garantindo a provisão suficiente de recursos necessários à execução ininterrupta dos serviços de saúde, em respeito ao princípio da continuidade do serviço público;

2.4.4 Adicionalmente, destaca-se que a presente contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços, no âmbito do Sistema de Registro de Preços (SRP). Esse mecanismo proporciona maior flexibilidade, eficiência e economicidade à gestão pública, uma vez que a Administração efetuará as aquisições conforme a necessidade real e a disponibilidade orçamentária, evitando, assim, o superdimensionamento de quantidades e a formação de estoques desnecessários.

2.4.5 Dessa forma, as quantidades ora estimadas não se configuram como arbitrárias, mas resultam de cálculos respaldados em dados históricos, correções técnicas e projeções de expansão dos serviços, assegurando o adequado abastecimento da rede assistencial. O planejamento adotado observa os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde, fornecendo segurança técnica e jurídica para a instrução processual e para eventual análise pelos órgãos de controle.

2.5 Previsão da Contratação no Pano de Contratação Anual

2.5.1 O município ainda não possui o Catálogo Eletrônico de Padronização, conforme indicado no Parágrafo Único do Art. 16, do Decreto Municipal Nº 198, de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Nº 14.133, de 2021, no âmbito do Poder Executivo do município de Barreiras-BA:

Parágrafo Único. O Plano de Contratações Anual se tornará obrigatório no exercício subsequente à conclusão do Catálogo Eletrônico de Padronização deste Município, estabelecidos nos termos do Artigo 14, do mesmo Decreto.

2.5.2 Portanto, no momento não há obrigatoriedade do Plano de Contratações Anual (PCA). Entretanto, é importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Saúde já iniciou a sua elaboração. Essa iniciativa demonstra o compromisso da Administração em cumprir com as exigências legais e implementar boas práticas de gestão;

2.5.3 A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 O objeto desta contratação consiste na aquisição de insumos, materiais e equipamentos de uso odontológico, voltados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA, considerando todo o ciclo de vida do objeto, desde o fornecimento até a utilização final nas unidades de saúde;

3.2 A solução contempla os seguintes aspectos:

3.2.1 Aquisição e Fornecimento:

- Fornecimento de insumos, materiais e equipamentos odontológicos conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no Termo de Referência;
- Garantia de compatibilidade e padronização, quando houver indicação de marcas de referência, visando manter a uniformidade e funcionalidade nos serviços de saúde bucal.

3.2.2 Armazenamento e Distribuição:

- Os bens deverão ser entregues nas unidades de saúde indicadas pela Secretaria Municipal, observando critérios de armazenamento, transporte e acondicionamento que preservem a integridade, validade e qualidade dos produtos;
- A Contratada deve disponibilizar manual de manuseio e instruções de conservação dos itens, sempre que necessário.

3.2.3 Utilização e Aplicação:

- Os insumos e materiais serão utilizados pelos profissionais de odontologia nas unidades de saúde, garantindo atendimento seguro e eficiente à população;
- Os equipamentos devem atender a padrões de desempenho reconhecidos, possibilitando o uso contínuo durante sua vida útil sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

3.2.4 Manutenção e Suporte Técnico:

- Para os equipamentos que exigirem manutenção ou assistência técnica, a Contratada deve assegurar suporte adequado, garantindo funcionalidade contínua e minimizando riscos de interrupção nos atendimentos odontológicos.

3.2.5 Ciclo de Vida e Sustentabilidade:

- A solução contratada considera o ciclo de vida completo dos bens, desde aquisição, uso, manutenção até a eventual substituição;
- Recomenda-se a adoção de práticas sustentáveis e responsáveis, com foco na eficiência, durabilidade e economicidade, alinhadas às normas de saúde e segurança pública.

3.3 Dessa forma, a solução ofertada visa atender de forma completa, eficiente e segura as demandas odontológicas do Município, garantindo a continuidade dos serviços de saúde bucal e o uso adequado dos recursos públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação visa à aquisição de Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológicos que atendam aos padrões mínimos de qualidade, segurança, desempenho e durabilidade, conforme as normas técnicas aplicáveis da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde, ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais legislações correlatas;

4.2 Todos os produtos deverão apresentar registro ou notificação vigente na ANVISA, quando exigido, além de estarem em conformidade com as normas sanitárias, técnicas e de biossegurança vigentes, observando-se as Boas Práticas de Armazenamento e Transporte;

4.3 Os equipamentos odontológicos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, assistência técnica autorizada no território nacional e manual de operação em língua portuguesa, assegurando a manutenção preventiva e corretiva conforme as especificações do fabricante.

4.4 Os insumos e materiais de consumo deverão ser de primeiro uso, em perfeitas condições de uso e com prazo de validade compatível com o período de fornecimento previsto; Não serão aceitos produtos reprocessados, reutilizados ou fora dos padrões de qualidade exigidos;

4.5 Embora o objeto da contratação não configure serviço de natureza continuada, o fornecimento por Sistema de Registro de Preços (SRP) possibilita a entrega parcelada e contínua, conforme a demanda real das unidades odontológicas, garantindo o abastecimento ininterrupto e o uso racional dos recursos públicos.

4.6 A Contratada deverá assegurar logística adequada de fornecimento e reposição, mantendo o padrão de qualidade constante ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, observando-se as condições de armazenamento, transporte e integridade dos produtos até a entrega final.

4.7 Assim, os requisitos aqui definidos buscam garantir que o fornecimento dos materiais e equipamentos odontológicos seja realizado com qualidade técnica, segurança sanitária, eficiência operacional e responsabilidade socioambiental, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, sustentabilidade e economicidade previstos na Lei Nº 14.133, de 2021.

4.8 Sustentabilidade

4.8.1 A presente contratação considera princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, buscando minimizar impactos negativos e maximizar benefícios durante todo o ciclo de vida dos insumos, materiais e equipamentos odontológicos.

4.8.2 Os aspectos relevantes de sustentabilidade incluem:

1. Ambiental:

- Priorização de produtos que atendam a padrões de **menor impacto ambiental**, quando aplicável;
- Adequado **descarte de resíduos** e embalagens, conforme normas de saúde e meio ambiente;

- Incentivo ao uso de **materiais recicláveis ou reutilizáveis**, sempre que possível, sem comprometer a qualidade e segurança do atendimento odontológico.
- 2. **Social:**
 - Garantia de que os bens adquiridos promovam **saúde e bem-estar da população**, assegurando atendimento de qualidade;
 - Observância das **normas de segurança e ergonomia** para os profissionais de saúde que utilizam os equipamentos.
- 3. **Econômica:**
 - Adoção de critérios que priorizem a **vantajosidade econômica e eficiência no uso dos recursos públicos**;
 - Consideração da **durabilidade e vida útil dos produtos**, evitando gastos desnecessários com reposições frequentes.

4.8.3 Dessa forma, a contratação **alinha-se às práticas de sustentabilidade** recomendadas pela legislação vigente e pelas diretrizes municipais, promovendo **uso responsável de recursos e proteção ambiental**, além de contribuir para **eficiência e continuidade dos serviços de saúde bucal** no município.

4.9 Indicação de Marcas

4.9.1 A indicação de marca tem caráter meramente referencial, destinando-se exclusivamente à definição do padrão mínimo de qualidade, desempenho e características técnicas desejadas pela Administração;

4.9.2 Será admitida a apresentação de produtos de **marca similar** ao especificado para o **Lote 08 – Item 03**, desde que **comprovadamente atenda integralmente às especificações técnicas, possibilite perfeita compatibilidade de uso e apresentem qualidade e desempenho equivalentes ou superiores** à marca de referência indicada. A comprovação da similaridade deverá ser feita mediante **catálogos técnicos, manuais, declarações do fabricante ou outros documentos oficiais** que permitam a avaliação técnica pela Administração;

4.9.3 A comprovação da similaridade deverá ser realizada mediante catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes emitidos pelo fabricante, que permitam à Administração verificar a conformidade do produto ofertado com o item especificado.

4.10 Subcontratação

4.10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.11 Da Exigência de Amostra e Apresentação do Catalogo

4.11.1 Das Amostras

4.11.1.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados. A data, o local e o horário para apresentação da amostra serão divulgados por meio de mensagens na plataforma virtual www.licitanet.com;

4.11.1.2 Para fins de avaliação técnica quanto à qualidade dos produtos ofertados, será obrigatória a apresentação de amostras dos itens correspondentes ao **LOTE 03 e item 15 do LOTE 07**;

4.11.1.3 As amostras deverão ser entregues de segunda a sexta feira das 8h às 12h e das 14h às 18h, no seguinte endereço: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Rua Vasco da Gama, Nº 360, Vila Regina - CEP. 47.806-111, Barreiras-Bahia - Telefone: (77) 36138300 - E-mail: saude@barreiras.ba.gov**;

4.11.1.4 As amostras deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias úteis, após solicitação formal, sendo que 1.a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

4.11.1.5 O prazo de entrega das amostras poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa pela empresa e aceita pela Secretaria Municipal de Saúde desde que a postagem da amostra tenha sido efetuada dentro do prazo solicitado;

4.11.1.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.11.1.7 A avaliação técnica das amostras será realizada por equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde e levará em consideração os seguintes critérios:

- a. Conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- b. Acabamento e integridade física do produto;
- c. Qualidade do material utilizado, observando resistência, flexibilidade, absorção, aderência ou impermeabilidade, conforme aplicável;
- d. Desempenho prático (quando aplicável), como facilidade de manuseio, funcionalidade e adaptação ao uso técnico;
- e. Validade e condições de armazenamento;
- f. Embalagem individual e coletiva, com rotulagem clara e legível (inclusive lote, data de fabricação, validade, fabricante e registro/MS ou ANVISA, se exigido);
- g. Condições de esterilidade, quando aplicável.

4.11.1.8 As amostras deverão ser identificadas com uma etiqueta contendo as seguintes informações:

- a. Amostra para Análise;
 - b. Licitação: número da licitação, número do lote e descrição a que se refere;
 - c. Fornecedor: nome, telefone e E-mail;
 - d. Representante: nome, telefone e E-mail.
- 4.11.1.9 Terá amostra desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, a licitante que:
- a. Não apresentar a amostra no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e nas condições solicitadas;
 - b. Apresentar produto de baixa qualidade;
 - c. O produto ofertado não contemplar as exigências do Termo de Referência e de seus anexos, ou a legislação aplicada;
 - d. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema onde foi realizado o Pregão Eletrônico;
 - e. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.11.1.10 As amostras aprovadas permanecerão retidas até a conclusão do certame para fins de comparação com os produtos entregues, e posteriormente deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração;
- 4.4.1.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização das amostras e fornecer, sem ônus, informações necessárias ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.11.2 Apresentação do Catálogo

4.11.2.1 O interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, junto à proposta, catálogo(s) técnico(s) ou folder(es) original(is) do fabricante, em língua portuguesa ou acompanhados de tradução juramentada, contendo de forma clara:

- Descrição detalhada do equipamento ou material ofertado, com suas especificações técnicas;
- Marca, modelo e referência comercial do item;
- Imagens/fotografias do produto, permitindo sua identificação visual;
- Certificações, registros ou selos de conformidade exigidos para o objeto;
- Informações sobre acessórios e componentes que acompanham o produto;
- Dados do fabricante e do representante autorizado no Brasil.

4.11.2.2 A exigência da apresentação do catálogo ou folder, visa assegurar a verificação das especificações técnicas declaradas, bem como dos parâmetros mínimos de qualidade, segurança e desempenho dos itens ofertados. Essa medida permite a identificação prévia de eventuais não conformidades, evitando riscos à saúde dos usuários e comprometimento dos procedimentos assistenciais realizados pelas Unidades de Saúde;

4.11.2.3 A ausência de catálogo ou folder poderá acarretar a desclassificação da proposta, especialmente quando dificultar a avaliação técnica ou comprometer a rastreabilidade do equipamento

4.12 Garantia da Contratação

4.12.1 Nos termos do Art. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, informa-se que não será exigida a prestação de garantia contratual, uma vez que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto na legislação vigente;

4.12.2 A natureza do objeto, aquisição futura e eventual de materiais hospitalares e outros insumos, conforme demanda, não justifica a exigência de garantia, haja vista que a contratação por SRP não gera obrigação imediata de fornecimento, mas sim o compromisso de disponibilização dos itens quando requisitados. Assim, a ausência de exigência de garantia está em conformidade com o princípio da razoabilidade e da economicidade, considerando a característica e a finalidade do certame.

4.13 Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.13.1 Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

4.13.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

4.13.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;

4.13.1.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do Art. 8º, §4º, do Decreto Nº 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos **Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico**, é de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, conforme especificações dos lotes constantes do Termo de Referência;

5.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.1.3 As quantidades estimadas são considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços. As licitantes para as quais forem adjudicados os lotes especificados no Subitem 1.3.1 deste Termo de Referência e forem convocadas para a assinatura da Ata de Registro de Preços, obterão apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos lotes até o término da vigência contratual. Isto posto, alertamos que esta Administração não se encontra obrigada a adquirir previamente os materiais e insumos hospitalares retromencionados em sua totalidade;

5.1.4 Os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.1.4.1 **Almoxarifado de Saúde Bucal - Rua Dudu Coité, nº 119, Bairro Jardim Ouro Branco, CEP: 47802-350, das 08h00min às 18h00min;**

5.1.4.2 No caso de materiais e insumos **com prazo de validade superior a 01 (um) ano, por ocasião da entrega, somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 25% (vinte e cinco por cento) do prazo de validade;**

5.1.4.3 No caso de materiais e insumos **com prazo de validade inferior a 01 (um) ano, por ocasião da entrega, somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 90% (noventa por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 10% (dez por cento) do prazo de validade;**

5.1.4.4 A CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber nenhum produto com prazo de validade inferior aos especificados nos subitens 5.1.4.2 e 5.1.4.3, RESSALVADOS os casos de interesse da Administração, desde que exista solicitação prévia da CONTRATADA e justificativa expressa do órgão interessado, caso em que será formalizado o **compromisso de troca** de todo quantitativo não utilizado.

5.1.5 A **Carta de Comprometimento de Troca** deverá acompanhar a Nota Fiscal no ato da entrega;

5.1.6 A solicitação de troca e coleta do quantitativo não utilizado será realizado pelo CONTRATANTE 60 (sessenta) dias antes do vencimento do produto;

5.1.7 A troca deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a solicitação do CONTRATANTE;

5.1.8 No ato da entrega dos materiais hospitalares e outros insumos garantidos pela Carta de Comprometimento de Troca, a Nota Fiscal apresentada deve informar que o produto é referente a uma reposição por troca, especificando a Nota Fiscal e empenho de origem;

5.1.9 A carga e a descarga serão custeadas pela Contratada, sem ônus de frete à Contratante;

5.1.10 A Secretaria Municipal de Saúde reserva-se no direito de não aceitar os materiais hospitalares e outros insumos em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

5.1.11 A Contratada deverá ter os materiais hospitalares e outros insumos disponíveis para atender à solicitação a qualquer momento.

5.2 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.2.1 O prazo de garantia para **material de consumo** é aquele estabelecido na Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor;

5.2.2 O prazo de garantia contratual para **material permanente**, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.2.3 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

5.2.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante;

5.2.5 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

5.2.6 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

5.2.7 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

5.2.8 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada;

- 5.2.9 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante;
- 5.2.10 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos;
- 5.2.11 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;
- 5.2.12 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada;
- 5.2.13 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1 A Ata de Registro de Preços (ARP) deverá ser executada fielmente pelas partes, mediante o regime jurídico da Lei Nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal Nº 198, de 2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou cancelamento da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.5 Após a assinatura do Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
- 6.6 A atuação conjunta entre o gestor da ARP, os fiscais designados e o representante da Contratada visa garantir o cumprimento integral das disposições pactuadas, assegurando que a execução do objeto atenda ao interesse público, com transparência, eficiência e responsabilidade administrativa.

6.6 Da Fiscalização

- 6.6.1 Os fiscais da Ata de Registro de Preços (ARP) prestarão apoio técnico e operacional à gestora da Ata, fornecendo informações pertinentes no âmbito de suas competências;
- 6.6.2 A execução da ARP será acompanhada e fiscalizada pela servidora **ÉRIKA DE ALMEIDA OLIVEIRA MARTINS - Coordenadora de Saúde Bucal - Matrícula Nº 10772**, conforme previsto no caput do Art. 117 da Lei Nº 14.133, de 2021 e no Art. 11 do Decreto Municipal Nº 045, de 2024, que estabelece regras e diretrizes para a gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo do Município de Barreiras-BA;
- 6.6.3 Compete à Fiscal da ARP o desempenho das seguintes atribuições:
- a. Acompanhar a execução da Ata, assegurando o cumprimento de todas as condições estabelecidas, com vistas a garantir os melhores resultados para a Administração;
 - b. Registrar, no histórico de gerenciamento da Ata, todas as ocorrências relativas à sua execução, com a descrição das ações necessárias para a regularização de faltas ou correções de eventuais defeitos identificados;
 - c. Emitir notificações à contratada sempre que constatadas inexistências ou irregularidades na execução da Ata, indicando prazo razoável para as devidas correções;
 - d. Informar à gestora da Ata, em tempo hábil, toda situação que demande decisão ou adoção de providência que extrapole sua competência, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis;
 - e. Comunicar imediatamente à gestora da Ata quaisquer ocorrências que possam comprometer o cumprimento do cronograma de execução da ARP;
 - f. Pronunciar-se, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata ou da consumação do saldo registrado, para subsidiar a tomada de decisão quanto à sua eventual prorrogação, encerramento ou novo procedimento de contratação.
- 6.6.4 A atuação responsável e criteriosa da Fiscal é essencial para assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, eficiência e controle na execução da Ata de Registro de Preços, prevenindo falhas, promovendo a responsabilização quando necessária e garantindo que o objeto contratado atenda plenamente ao interesse público. Sua contribuição direta fortalece os mecanismos de governança, integridade e transparência nas contratações públicas municipais.

6.7 Gestão da Ata de Registro de Preços (ARP)

6.7.1 A unidade ou o servidor designado para a gestão, controle e acompanhamento da ARP deverá orientar os Fiscais de Contrato no desempenho de suas atribuições, conforme disposto na Lei Nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal Nº 198, de 2023;

6.7.2 Compete à servidora responsável, **Laís Petronília de Menezes Souza - Matrícula Nº 64069**:

- a. Coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização da ARP, assegurando a atualização contínua do histórico de gerenciamento, incluindo registros formais como ordens de serviço, ocorrências, alterações contratuais e prorrogações, bem como a elaboração de relatórios destinados à análise de necessidade de ajustes contratuais visando ao atendimento do interesse público;
- b. Monitorar os registros efetuados pelos fiscais da ARP, referentes a todas as ocorrências relativas à sua execução e às providências adotadas, comunicando à autoridade superior os casos que excedam sua competência;
- c. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, como requisito para empenho e pagamento, registrando eventuais impedimentos no relatório de riscos que possam comprometer a regularidade da liquidação e do pagamento das despesas;
- d. Emitir documento comprobatório da avaliação dos fiscais sobre o cumprimento das obrigações pela contratada, destacando seu desempenho na execução da ARP com base em indicadores previamente definidos, bem como eventuais penalidades aplicadas, devendo integrar o cadastro de atesto de cumprimento contratual;
- e. Adotar as providências necessárias para a instauração de processo administrativo de responsabilização, com vistas à aplicação de sanções, nos termos do Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, a ser conduzido pela comissão competente, agente designado ou setor responsável, conforme o caso;
- f. Elaborar relatório final contendo análise sobre o alcance dos objetivos que motivaram a contratação, indicando, se for o caso, propostas de melhoria para o aperfeiçoamento das atividades da Administração.

6.7.3 A adequada gestão da Ata de Registro de Preços é essencial para assegurar a economicidade, eficiência e transparência nas contratações públicas, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais da Administração. A atuação diligente da servidora responsável e dos fiscais designados constitui instrumento fundamental para o controle efetivo da execução da ARP e para a prevenção de riscos que possam comprometer a legalidade e a efetividade das aquisições públicas.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

7.3 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

7.4 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

7.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133, de 2021;

7.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 2022.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento

8.1.1 Os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

8.1.2 Os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento PROVISÓRIO, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.1.2.1 A não substituição no prazo de 10 (dez) dias úteis constitui motivo para cancelamento da Ata de Registro, conforme Art. 28, Incisos I, II, III e IV do Decreto Nº 11.462, de 2023.

8.1.3 O recebimento, PROVISÓRIO e DEFINITIVO, serão realizados na forma do Art. 15, Inciso II da Decreto Municipal Nº 045, de 2024, a saber:

- a. Provisoriamente, de forma sumária, pelo Fiscal, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b. Definitivamente, pelo Gestor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

8.1.4 O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) material(is) e consequente aceitação, mediante termo detalhado;

8.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

8.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.1.7 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

8.1.8 O recebimento PROVISÓRIO ou DEFINITIVO do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da avença.

8.2 Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

8.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

8.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

8.3 Prazo de Pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

8.3.1.1 A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25;

8.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

8.3.3 A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

8.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

8.3.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.3.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência;

8.3.7 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

8.3.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.3.9 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

8.3.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

8.3.11 Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

8.3.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.3.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

8.4 Forma de Pagamento

8.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado;

8.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

8.4.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5 Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro e do Reajuste de Preços

8.5.1 Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

8.5.1.1 A Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos materiais, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021;

8.5.1.2 O reequilíbrio econômico-financeiro da ARP, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

8.5.1.2.1 Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual;

8.5.1.2.2 Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor de mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

8.5.1.3 Para solicitar o reequilíbrio não poderá haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objeto do pedido;

8.5.1.4 Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados e solicitados. Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores à decisão final da Autoridade Competente;

8.5.1.5 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do fornecimento;

8.5.1.6 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época;

8.5.1.7 Independentemente da solicitação, o Órgão Gerenciador poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação;

8.5.1.8 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo à Autarquia a análise e deliberação a respeito do pedido;

8.5.1.9 Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela Autarquia e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste Termo de Referência;

8.5.1.10 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo;

8.5.1.11 Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Autarquia deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

8.5.2 Do Reajuste de Preços

8.5.2.1 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irredutíveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta ou do orçamento estimado, ainda que a presente aquisição seja realizada exclusivamente por meio de Ata de Registro de Preços, sem formalização de contratos decorrentes;

8.5.2.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.5.2.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.5.2.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

8.5.2.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

8.5.2.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

8.5.2.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.5.2.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1.1 A contratação será realizada por meio de Licitação na Modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com procedimento de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme disposto no Art. 82 da Lei Nº 14.133, de 2021;

9.1.2 O critério de julgamento adotado será o de Menor Preço por Lote, considerando o atendimento integral às especificações técnicas, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

9.2 Forma de Fornecimento

9.2.1 O fornecimento se dará de forma parcelada.

9.3 Justificativa para Aquisição por Sistema de Registro de Preço (SRP)

9.3.1 A presente aquisição será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme o regime jurídico estabelecido pela Lei Nº 14.133, de 2021, e pelo Decreto Nº 11.462, de 2023, bem como demais normativos correlatos aplicáveis às contratações públicas;

9.3.2 O Decreto Nº 11.462, de 2023 regulamenta os Arts. 82 a 86 da Lei Nº 14.133, de 2021, dispondo sobre o Sistema de Registro de Preços para contratações de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional;

9.3.3 O objeto desta contratação compreende insumos, materiais e equipamentos de uso odontológico, de natureza padronizada e de consumo contínuo, amplamente utilizados nas unidades de saúde bucal da rede municipal, com demanda variável e, por vezes, imprevisível, em virtude de fatores como aumento da demanda assistencial, ampliação de serviços odontológicos, campanhas preventivas, mutirões e situações emergenciais;

9.3.4 Nos termos do Art. 82 da Lei Nº 14.133, de 2021, o Sistema de Registro de Preços é aplicável “quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, ou quando for conveniente a aquisição futura ou a contratação de prestação de serviços, por demanda”. Assim, a natureza dos insumos, materiais e equipamentos de uso odontológicos enquadra-se plenamente nas hipóteses legais de utilização do SRP;

9.3.5 A adoção do SRP permite à Administração registrar preços em Ata com vigência previamente definida, sem necessidade de aquisição imediata, possibilitando contratações gradativas e conforme a real necessidade das unidades de saúde, o que evita sobrestocagem, perdas por perecimento ou obsolescência e favorece o planejamento orçamentário e financeiro;

9.3.6 O SRP também assegura maior agilidade administrativa, permitindo o atendimento rápido a aumentos imprevistos de demanda ou a situações emergenciais, sem a necessidade de instaurar novo processo licitatório, desde que respeitados os limites e condições da Ata de Registro de Preços;

9.3.7 Considerando a recorrência do consumo, a padronização dos itens e a necessidade de garantir o abastecimento contínuo das unidades odontológicas municipais, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais vantajosa e eficiente, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e planejamento administrativo;

9.3.8 O Sistema de Registro de Preços constitui procedimento próprio e autônomo, de natureza sui generis, dotado de características específicas que o distinguem das demais formas de contratação direta e das licitações convencionais.

9.4 Da Justificativa para Aquisição em Lote

9.4.1 A opção da Administração pela aquisição por lotes fundamenta-se no princípio da economicidade, visando obter os resultados esperados com o menor custo possível, conciliando qualidade, celeridade e eficiência na utilização dos recursos públicos, atentando-se também aos custos indiretos da contratação;

9.4.2 A divisão em lotes preserva a integridade qualitativa do objeto, uma vez que a contratação fragmentada entre múltiplos fornecedores poderia gerar dificuldades gerenciais e eventual aumento de custos, sendo a contratação por lote a forma mais adequada para tratar o objeto como um todo unitário;

9.4.3 Os itens que compõem cada lote possuem natureza semelhante e relação entre si, inclusive quanto aos fornecedores. Adicionalmente, licitações por Registro de Preços frequentemente contemplam entregas parceladas e imprevisíveis; o agrupamento de itens em lotes de maior vulto econômico tende a atrair mais fornecedores, ampliando a competitividade e favorecendo preços mais vantajosos;

9.4.4 A formação dos lotes considerou itens intrinsecamente relacionados, fornecidos por empresas do mesmo ramo, garantindo a competitividade do certame e evitando a exclusão de potenciais interessados. O agrupamento, concentrando valores e quantidades maiores, tende a estimular a participação de mais licitantes, ampliando a disputa e possibilitando a obtenção de preços mais baixos do que na disputa item a item;

9.4.5 Observa-se que os itens possuem características semelhantes e são fornecidos por empresas do mesmo ramo, sendo o agrupamento estratégico para:

- a) gerar maior valor econômico de contratação futura;
- b) propiciar economia de escala com redução de preços devido ao maior volume;
- c) minimizar o desinteresse dos licitantes por itens de baixo valor individual;
- d) viabilizar aquisições parceladas, assegurando a disponibilidade dos itens conforme as ordens de fornecimento emitidas pelo Setor de Compras;
- e) reduzir a ocorrência de entregas assíncronas, garantindo a continuidade do atendimento das unidades de saúde.

9.4.6 As justificativas apresentadas demonstram que o agrupamento por lote atende aos seguintes objetivos:

- Compatibilidade técnica dos itens agrupados;
- Ampliação do número de interessados na licitação;
- Maior vantajosidade econômica, obtendo o menor preço;
- Redução de problemas na fase de contratação, como entregas frustradas ou necessidade de processos sancionadores.

9.4.7 Assim, dentro da competência discricionária da Administração, optou-se pelo julgamento e divisão por lotes, medida técnica e economicamente viável, que não reduz o caráter competitivo da licitação. O objetivo principal é assegurar gerência segura da aquisição, ampla competição e efetividade na satisfação das necessidades da Administração Pública.

9.5 Exigências de Habilitação

9.5.1 Habilitação Jurídica

9.5.1.1 **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5.1.2 **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.1.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5.1.4 **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.1.5 **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

9.5.1.6 **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.1.7 **Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.5.1.8 **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.5.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

9.5.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

9.5.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.2.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar N° 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5.3 Qualificação Econômico-Financeira

9.5.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.5.3.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC);

9.5.3.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.5.3.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

9.5.3.6 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação;

9.5.3.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.5.3.8 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.4 Da Qualificação Técnica

9.5.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.5.4.2 Para efeito de contratação, a Contratada deverá atender todas as exigências e comprovações do instrumento convocatório, e observando para a qualificação técnica os seguintes documentos:

a. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade compatível em características com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;

b. Licença de Funcionamento, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal, da sede da licitante, de acordo com Art. 51 da Lei Federal N° 6.360/1976;

c. Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde, em conformidade com o disposto no Art. 50 da Lei Federal N° 6.360/1976, para os lotes em que se exigir tal Autorização;

d. Apresentar Certificado de Registro do Produto emitido pelo Ministério da Saúde, ou, alternativamente, cópia legível da publicação no Diário Oficial da União, ou ainda comprovante de protocolo de solicitação de revalidação dentro do prazo legal, ou, quando for o caso, o respectivo certificado de isenção de registro ou notificação simplificada, para os lotes em que se exigir o referido Registro.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 São obrigações da Contratante:

a. Receber os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

b. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

e. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3 Além das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços e de outras decorrentes da natureza do ajuste, caberá à CONTRATANTE:

- a. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais de prestação dos serviços;
- b. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;
- c. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do fornecimento;
- d. Efetuar os pagamentos de acordo com a forma de pagamento estabelecida na Ata de Registro de Preços;
- e. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência;
- f. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado;
- g. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- h. Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;
- i. Impedir que terceiros, que não seja a empresa CONTRATADA, efetuem os serviços prestados;
- j. Rejeitar o recebimento dos Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de suspensão da Ata de Registro de Preços, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;
- k. Realizar o acompanhamento e a vistoria dos local de entrega e armazenamento dos Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico, por meio do Fiscal designado da Ata de Registro de Preços, cientificando o preposto da CONTRATADA quanto a eventuais irregularidades identificadas e determinando, quando for o caso, a imediata correção das falhas constatadas;
- l. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.4 São obrigações da Contratada:

- a. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b. Executar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078, de 1990;
- d. A Contratada será obrigada a manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico, sem prejuízo das demais obrigações previstas na Ata de Registro de Preços e também:
- e. Substituir, às suas expensas os materiais hospitalares e outros insumos que comprovadamente se encontrem em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, no prazo fixado pela CONTRATANTE, contado da sua notificação;
- f. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- g. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h. Os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico deverão ser entregues, com prazo de validade equivalente a no mínimo 75% da validade total, contados da data de fabricação. No caso de absoluta impossibilidade do cumprimento desta condição, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente a autorização para o recebimento pelo Centro de Especialidades Odontológicas, mediante apresentação de Carta de Comprometimento de Troca. A Carta de Comprometimento de Troca, caso acatada, deverá acompanhar a Nota Fiscal de recebimento pertinente a ocorrência;
- i. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, forma de apresentação (conjunto, unidade, caixa), lote, quantidade, valor discriminado por unidade e o valor total, procedência e prazo de validade;
- j. Os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico deverão conter externamente em suas embalagens originais, a identificação do Nº do Lote, data de fabricação e data de validade, observando os termos do subitem anterior, e em posição de destaque, a seguinte frase: “PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO”;
- k. Para verificação da regularidade, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) Certidão conjunta relativa aos tributos municipais e à Dívida Ativa da União; 2) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- l. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro de Preços (ARP);
- m. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

- n. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- o. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- p. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata;
- q. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- r. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo os materiais hospitalares e outros insumos, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- s. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- t. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Em conformidade com a legislação vigente, o valor previamente estimado para a presente contratação deverá refletir os preços praticados no mercado, observando-se os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, e considerando a potencial economia de escala e as peculiaridades regionais do local de execução do objeto;
- 11.2 A Administração optou por manter sob sigilo a estimativa do valor da contratação até a conclusão do certame. Nessa hipótese, o orçamento estimado terá caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos, especificações técnicas e demais informações necessárias à elaboração das propostas. Ressalta-se que o sigilo não prevalecerá perante os órgãos de controle interno e externo, conforme disposto no Art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.3 A decisão pela adoção do orçamento sigiloso fundamenta-se na convicção de que tal medida amplia a competitividade, estimula a ampla participação dos licitantes e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Importa destacar que a medida não causa prejuízo aos interessados, visto que todas as informações necessárias à formulação das propostas são devidamente disponibilizadas no edital e em seus anexos;
- 11.4 O valor estimado da contratação, acompanhado dos preços referenciais, das cotações obtidas e dos elementos que subsidiaram sua composição, será formalizado em documento específico e anexado aos autos do processo administrativo. Esse documento permanecerá classificado, em razão da opção administrativa pelo orçamento sigiloso, nos termos do Art. 24, da Lei Nº 14.133, de 2021.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 A Secretaria Municipal de Saúde reserva-se o direito de não receber os Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico – Parte II, que forem entregues em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais e técnicas aplicáveis ao objeto. O contrato poderá ser rescindido caso não sejam cumpridas as obrigações assumidas por qualquer das partes, ainda que antes do prazo estabelecido;
- 12.2 A eventual tolerância por parte da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao descumprimento de obrigações pela Contratada não implicará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão. Permanecerão em pleno vigor todas as condições pactuadas, podendo o Município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;
- 12.3 Este Termo de Referência e seus anexos deverão ser rubricados em todas as suas folhas e assinados pela autoridade competente que o expedir, para que produzam seus regulares efeitos;
- 12.4 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

13. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Barreiras-BA, 2 de dezembro de 2025.

ÉRIKA DE ALMEIDA OLIVEIRA MARTINS

Coordenadora de Saúde Bucal

Matrícula Nº 10772

- 1. De acordo.
- 2. Tendo em vista as justificativas apresentadas pelo Setor Requisitante no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e neste documento e, considerando o atendimento aos princípios da essencialidade, do interesse público e da economicidade, aprovo o presente Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos e autorizo a realização do procedimento de contratação.
- 3. Encaminha-se as ao Setor de Compras, para continuidade da instrução processual.

LARISSA GOMES BARBOSA

Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 34/2025

ANEXO DO TERMO DE RERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
LOTE 01 - ANESTÉSICOS LOCAIS				
1	269851	Lidocaína Cloridrato. Composição: Associada Com Epinefrina. Dosagem: 2% + 1:100.000. Apresentação: Injetável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA HCl 2% + HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1:100.000. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 50 TUBETES	403
2	269843	Lidocaína Cloridrato. Dosagem: 2%. Apresentação: Injetável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA HCl 2% SEM VASOCONSTRITOR. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 TUBETES COM 1,8ML CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 50 TUBETES	34
3	269888	Mepivacaína Cloridrato. Apresentação: Associada Com Epinefrina. Dosagem: 2% + 1:100.000. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML CADA. . VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 50 TUBETES	269
4	269833	Prilocaína. Composição: Associada Com Felipressina. Dosagem: 3% + 0,03ui/ML. Apresentação: Injetável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA 30 MG/ML + FELIPRESSINA (OCTAPRESSIN) 0,03 UI. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 TUBETES DE PLÁSTICO COM 1,8ML CADA. . VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA	CAIXA COM 50 TUBETES	67
5	272913	Benzocaína. Concentração: 20%. Uso: Gel Tópico. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO TÓPICO (POMADA) – BENZOCAÍNA A 20% SABOR TUTTI-FRUIT, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 12G. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA	UN	269
LOTE 02 - AGULHAS ODONTOLÓGICAS				

1	442145	<p>Agulha Odontológica. Material: Aço Inoxidável Siliconizado. Aplicação: Gengival / Anestesia. Dimensão: 30 G Curta. Tipo Ponta*: Com Bisel Trifacetado. Tipo Conexão: Conector P/ Seringa Carpule. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Apresentação: C/ Protetor Plástico E Lacre. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AGULHA DESCARTÁVEL TIPO GENGIVAL CURTA -30G, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, PONTA COM BISEL TRIFACETADO, COM MARCAÇÃO INDICADORA NO CANHÃO. APRESENTAÇÃO: COM PROTETOR PLÁSTICO E LACRE, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL TIPO CONEXÃO: SERINGA CARPULE, CX COM 100 UNIDADES. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.</p>	CAIXA COM 100 UNIDADES	186
2	442144	<p>Agulha Odontológica. Material: Aço Inoxidável Siliconizado. Aplicação: Gengival / Anestesia. Dimensão: 27 G Longa. Tipo Ponta*: Com Bisel Trifacetado. Tipo Conexão: Conector P/ Seringa Carpule. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Apresentação: C/ Protetor Plástico E Lacre. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AGULHA DESCARTÁVEL TIPO GENGIVAL LONGA - 27G, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, PONTA COM BISEL TRIFACETADO, COM MARCAÇÃO INDICADORA NO CANHÃO, APRESENTAÇÃO:COM PROTETOR PLÁSTICO E LACRE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL TIPO CONEXÃO: SERINGA CARPULE, CX COM 100 UNIDADES. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA.</p>	CAIXA COM 100 UNIDADES	35
LOTE 03 - GAZES E ALGODÃO				
1	628243	<p>Gaze Uso Em Saúde. Modelo: Compressa C/ Dobras E Camadas. Material: Tecido 100% Algodão. Densidade: Cerca De 13 Fios / Cm2. Radiopacidade: Sem Elemento Radiopaco. Dimensão Fechada: Cerca De 7,5 X 7,5 Cm. Esterilidade: Não Estéril, Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO 13 FIOS POR CM², EM TECIDO TIPO TELA, COM OITO CAMADAS E CINCO DOBRAS, COM DIMENSÃO DE 7,5 X 7,5CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30CM QUANDO ABERTAS; PACOTE 500 UNIDADES. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO REGISTRO NA ANVISA.</p>	PCT COM 500 UNIDADES	386

2	628473	Algodão Uso Em Saúde. Tipo: Hidrófilo. Material: Fibras De Algodão Purificado. Apresentação: Rolo. Esterilidade: Não Estéril. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ALGODÃO, TIPO: HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO: EM MANTAS, MATERIAL: ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO; NÃO ESTÉRIL EMBALAGEM INDIVIDUAL. COMPLEMENTO: NEUTRO, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS COM 500 G, TAMANHO MÍNIMO DE 24 CM DE LARGURA, COR BRANCA. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO UM ANO NO ATO DA ENTREGA.	UN	207
3	628477	Algodão Uso Em Saúde. Tipo: Hidrófilo. Material: Fibras De Algodão Purificado. Apresentação: Roleta Dental. Esterilidade: Não Estéril. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ALGODÃO ROLETE COM 100 UNIDADES: - ROLETE DE ALGODÃO CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO MACIAS E COM ÓTIMO PODER DE ABSORÇÃO; ROLETE ESPESSE E MACIO; TAMANHO: NÚMERO 2; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO UM ANO NO ATO DA ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 100 UNIDADES	1495
LOTE 04 - RESINAS COMPOSTAS				
1	390513	Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR B2 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	UN	35
2	390513	Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR A1 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	UN	101

3	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR A2 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	286
4	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR A 3 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	370
5	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR A 3,5 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	185
6	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR C2 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	28

7	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR C3 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	14
8	390778	<p>Selante.Tipo: Para Fóssulas E Fissuras. Característica Adicional: Fotopolimerizável. Componentes: Com Ácido. Componente Adicional: Flúor. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATIZADO, CONTENDO 50% EM PESO DE CARGAS INORGÂNICAS COM LIBERADOR DE FLÚOR, DESENVOLVIDO PARA SELAR FÓSSULAS E FISSURAS. COMPOSIÇÃO: MONÔMERO NCO, NUPOL BIS GMA, TEGDMA, PENTA, N-METIL, DIETOLAMINA, BHT, METACRILATO DE 2_N, CANFOROQUINONA, CERVIT T 1000, BÁRIO SILANIZADO, FLUORETO DE SÓDIO, CABOSIL TS 720 E TITANOX 3328. CONDICIONADOR DENTAL GEL: ÁCIDO FOSFÓRICO, ÁGUA, SÍLICA COLOIDAL E PEGMENTO INORGÂNICO. SERINGA 2G. VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	120
LOTE 05 - MATERIAIS PARA ESTERILIZAÇÃO				
1	Não localizado	<p>Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico.Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 50 X 130 mm. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.</p>	PCT COM 100 UNIDADES	221
2	Não localizado	<p>Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 15 X 30 CM. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.</p>	PCT COM 100 UNIDADES	249
3	Não localizado	<p>Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 90 x 160 mm. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.</p>	PCT COM 100 UNIDADES	249

4	Não localizado	Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 90 X 260 mm. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT COM 100 UNIDADES	610
5	Não localizado	Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 200 X 330 mm. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT COM 100 UNIDADES	672
6	428150	Fita Adesiva. Material: Papel Crepado. Tipo: Termo-Reativa. Largura: 19 MM. Comprimento: 30 M. Características Adicionais: Adesivo A Base De Borracha E Resina. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - TIPO: ROLO 19MM X 30M MATERIA PRIMA: ISENTO DE LÁTEX; EM UMA DAS FACES, MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS E, NA OUTRA FACE, UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINA ACRÍLICA. CARACTERÍSTICAS: COM COR ADICIONAIS AUTOCLAVÁVEL. CONFECCIONADA COM DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE CELULOSE, COM LISTRAS DIAGONAIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO DADOS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE: 24 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	UN	113
LOTE 06 - LÂMINAS DE BISTURI				
1	313628	Lâmina Bisturi. Material: Aço Carbono. Tamanho: Nº 12. Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	100
2	273178	Lâmina Bisturi. Material: Aço Carbono. Tamanho: Nº 15. Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	100
3	427136	Lâmina Bisturi. Material: Aço Carbono. Tamanho: Nº 15c. Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	277
LOTE 07 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DIVERSOS				
1	421227	Ativação Dual. Componentes: Autocondicionante. Composição: Dois Componentes, Passo Único. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ADESIVO ODONTOLÓGICO UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, MONOCOMPONENTE E AUTOCONDICIONANTE, COMPATÍVEL COM AS TÉCNICAS ADESIVAS AUTOCONDICIONANTE, CONDICIONAMENTO SELETIVO E CONDICIONAMENTO TOTAL. DEVE CONTER MONÔMERO FUNCIONAL COMO 10-MDP (10-	UN	328

		METACRILOXILDECIL DIHIDROGENOFOSFATO) OU EQUIVALENTE, QUE PROPORCIONE ADESÃO QUÍMICA ESTÁVEL A ESMALTE, DENTINA, CERÂMICA, ZIRCÔNIA, METAIS E RESINAS COMPOSTAS. COMPATÍVEL COM MATERIAIS RESTAURADORES À BASE DE METACRILATO, INCLUINDO RESINAS COMPOSTAS E CIMENTOS RESINOSOS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR ALTA RESISTÊNCIA À UMIDADE, DESEMPENHO ESTÁVEL SOB BAIXA INTENSIDADE LUMINOSA E ESTABILIDADE QUÍMICA PROLONGADA APÓS ABERTURA DO FRASCO. O VOLUME MÍNIMO DO FRASCO DEVE SER 5 ML, COM TAMPA VEDANTE E DOSADOR TIPO GOTEJADOR. DEVE POSSUIR VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA E REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA. A EMBALAGEM DEVE SER ORIGINAL, LACRADA E CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E INSTRUÇÕES DE USO EM PORTUGUÊS.		
2	391582	Condicionador Dental. Tipo: Ácido Fosfórico. Concentração: 37%. Aspecto Físico: Gel. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ÁCIDO FOSFÓRICO A 37%; ATAQUE ÁCIDO EM GEL-SERINGA PARA ESMALTE E DENTINA; DESTINADO PARA CONDICIONAMENTO ÁCIDO DE DENTINA E/OU ESMALTE UTILIZADOS EM RESTAURAÇÕES, FIXAÇÃO, CIMENTAÇÃO E SELAMENTO; CORANTE AZUL; VISCOSIDADE ADEQUADA; ISENTO DE SÍLICA; SOLÚVEL EM ÁGUA, EMBALAGEM COM 3 SERINGAS DE 2,5ML CADA E 3 PONTEIRAS. DEVENDO CONSTAR EXTERNAMENTE NA CAIXA MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DE ARMAZENAMENTO, VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA.REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 3 UNIDADES	386
3	410559	Aplicador Odontológico. Tipo Haste: Dobrável. Tipo Uso: Descartável. Material: Plástico. Características Adicionais: Pontas Fibras Não Absorventes. Tipo Ponta: Regular. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: APLICADOR ODONTOLÓGICO (TIPO MICROBRUSH), TAMANHO: 2MM - REGULAR, HASTE FLEXÍVEL DOBRÁVEL, DESCARTÁVEL, PONTAS EM FIBRAS NÃO ABSORVENTES, ISENTA DE FIAPOS, MATERIAL: EM POLIPROPILENO E FIBRAS DE POLIAMIDA, EMBALAGEM: COM 100 UNIDADES.	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	370
4	406150	Carbono Para Articular Uso Odontológico. Material: Em Papel. Formato: Formato De Fita. Cor: Dupla Face - 2 Cores. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Apresentação: Em Folha. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PAPEL CARBONO OCLUSAL 100MICRA PARA REGISTRO DOS CONTATOS OCLUSAIS NOS PROCEDIMENTOS DE AJUSTE DE RESTAURAÇÕES, PEÇAS PROTÉTICAS E SUPERFÍCIES DENTAIS. CARACTERÍSTICAS: REGISTROS SIMULTÂNEOS DAS ARCADAS SUPERIOR E INFERIOR; PERMITE DUPLA CHECAGEM DA OCLUSÃO; RESISTENTE À TRAÇÃO E À UMIDADE; DUPLA FACE COM DUPLA COR (AZUL E VERMELHO). RECOBERTO POR FINA CAMADA DE PARAFINA. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	291
5	438121	Disco - Uso Odontologia. Tipo: Lixa. Material: Poliéster + Óxido De Alumínio. Tipo Face: Monoface. Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandril C/ Parafuso. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO, POLIETILENO TEREFALATO, RESINA BORRACHA SINTÉTICA, CORANTE BASE ÁGUA. DISCO COM FURO PARA ENCAIXE EM MANDRIL COM PARAFUSO, COM GRANULAÇÕES SORTIDAS: GROSSA, MÉDIA, FINA E X-FINA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES SORTIDAS DE 16MM.	PCT COM 50 UNIDADES SORTIDAS	350

6	423570	Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Poliéster + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 170 MM. Largura: Cerca De 4 MM. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LIXA ABRASIVA DE POLIÉSTER 4MM 150X1. TIRAS DE LIXA EM POLIÉSTER, FLEXÍVEIS E AUTOCLAVÁVEIS, MEDINDO 4MM DE LARGURA E 170MM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM COM 150 TIRAS. INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO EM SUPERFÍCIES PROXIMAIS DE RESTAURAÇÕES REALIZADAS COM RESINA COMPOSTA.	CAIXA COM 150 TIRAS	34
7	406283	Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Aço Inoxidável + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 150 MM. Largura: 4 MM. Apresentação: Envelope C/ 12 Unidades Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LIXA ABRASIVA DE AÇO 4MM 12X1. TIRAS DE AÇO ABRASIVAS COMPOSTAS DE AÇO INOXIDÁVEL E ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM 4MM DE LARGURA. INDICADA PARA REMOÇÃO DE EXCESSO DE AMÁLGAMA INTERPOSTO NAS AMEIAS. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	PCT COM 12 UNIDADES	158
8	406281	Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Aço Inoxidável + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 150 MM. Largura: 6 MM. Apresentação: Envelope C/ 12 Unidades Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LIXA ABRASIVA DE AÇO 6MM 12X1. TIRAS DE AÇO ABRASIVAS COMPOSTAS DE AÇO INOXIDÁVEL E ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM 4MM DE LARGURA. INDICADA PARA REMOÇÃO DE EXCESSO DE AMÁLGAMA INTERPOSTO NAS AMEIAS. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	PCT COM 12 UNIDADES	70
9	338686	Pasta Abrasiva. Tamanho Grão: 6 A 8 Microns. Aplicação: Polimento Final De Porcelana E Resina. Composição: Carbowax, Óxido Alumínio, Etileno Glicol, Corante. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PASTA PARA POLIMENTO DE RESINA A BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM GRANULAÇÃO EXTRA-FINA DE 6 A 8 MICRONS. APRESENTAÇÃO: SERINGA COM 4G. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
10	406147	Matriz Odontológica. Material: Poliéster. Tipo: Pré-Cortada. Formato: Fita. Apresentação: Envelope 50 Folhas De 10cm. Largura: 10 MM. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TIRAS DE POLIÉSTER CAIXA COM 50 UNIDADES. TAMANHO 100X10X0.05 MM. PARA RESTAURAÇÃO É NECESSÁRIO O USO DA TIRA DE POLIÉSTER, COM A FUNÇÃO DE CONFINAR SOB PRESSÃO, O MATERIAL RESTAURADOR NO INTERIOR DA CAVIDADE	CAIXA COM 50 UNIDADES	101
11	404895	Escova De Robson Uso Odontológico. Tipo Ponta: Taça. Uso: Contra-Ângulo. Cor: Preta. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESCOVA DE ROBSON USO ODONTOLÓGICO TIPO PONTA PLANA, HASTE CONTRA-ÂNGULO, CERDAS MACIAS E ABRASIVAS DE MONOFILAMENTO DE NYLON 6.0 COM MEDIDA 018MM COR PRETA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	2000
12	453410	Mandril Odontológico. Material: Latão. Modelo: Adaptador De Pontas De Alta Rotação. Compatibilidade: Para Contra Ângulo.	UN	70

13	417702	Pasta Profilática. Composição Básica: Pedra Pomes. Composição: Lauril Sulfato De Sódio. Características Adicionais: Com Fluor. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PASTA PROFILÁTICA. COMPOSIÇÃO: PEDRA POMES, GLICERINA, LAURILSULFATO DE SÓDIO, FLÚOR, FLAVORIZANTE, EDUL CORANTE, CORANTE ALIMENTÍCIO, ESPESSANTE, CONSERVANTE E ÁGUA PURIFICADA. APRESENTAÇÃO: BISNAGA PLÁSTICA COM 90G. SABOR MORANGO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, EM CAIXAS, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	269
14	233497	Pedra - Pomes. Material: Rocha Magnética. Cor: Branca. Aspecto Físico: Pó. Aplicação: Limpeza Dental. Uso: Odontológico. Características Adicionais: Extrafino. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PEDRA POMES EXTRA FINA (QUARTZO 6230). APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100 GRAMAS.	FRASCO COM 100G	59
15	406293	Sugador. Material: Resina Abs/Polipropileno/Pvc. Tipo: Sangue. Apresentação: Embalagem Individual. Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL -MATERIAL: TUBO PRINCIPAL: PVC, PONTEIRA: POLIPROPILENO E PIGMENTO; EMBALAGEM ESTERILIZADA INDIVIDUALMENTE (ÓXIDO DE ETILENO); PONTA FINA, ADAPTA-SE NAS CAVIDADES; PERFEITO ENCAIXE NA MANGUEIRA; SAÍDA DE AR PARA SUÇÃO CONSTANTE; DESCARTÁVEL; EMBALAGEM CAIXA COM 20 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 20 UNIDADES	59
16	406292	Sugador. Material: Pvc. Tipo: Saliva. Características Adicionais: C/ Arame. Apresentação: Pacote C/ 40 Unidades. Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL INDICADO PARA SUÇÃO DE SALIVA E OUTROS LÍQUIDOS DA CAVIDADE BUCAL EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. MATERIAL: PVC ATÓXICO; DIÂMETRO: 7MM; COMPRIMENTO: 107 A 113MM; PONTEIRA EXTRA MACIA , COLORIDA EM PVC, VAZADA E AROMATIZADA . TUBO: COR TRANSPARENTE COM FIO DE AÇO. NÃO ESTÉRIL. EMBALAGEM CONTENDO 40 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 40 UNIDADES	1394
17	246952	Lubrificante Odontológico. Composição Básica: Óleo Mineral. Apresentação: Spray Com Adaptador. Aplicação: Caneta De Alta E Baixa Rotação. Características Adicionais: Sem Cfc. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LUBRIFICANTE SPRAY PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 100ML. ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL NÃO TÓXICO, DE BAIXA VISCOSIDADE E COM ELEVADO GRAU DE PUREZA, PREVININDO OXIDAÇÕES E LUBRIFICANDO AS PARTES MÓVEIS DE INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS. PRODUTO EMBALADO EM FRASCO DE 200ML	FRASCO COM 200ML	218

18	428166	Verniz Dentário. Composição: C/ Fluoreto De Sódio. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: VERNIZ FLUORETADO. INDICADO PARA A FLUORETAÇÃO DO ESMALTE DENTÁRIO, PROFILAXIA DE CÁRIE E COMO TRATAMENTO DESSENSIBILIZANTE DE COLOS DENTINÁRIOS EM CASOS DE LESÕES DE MANCHA BRANCA EM CRIANÇAS E ADULTOS FAVORECENDO O PROCESSO DE REMINERALIZAÇÃO. VERNIZ COM 5% DE FLUORETOS DE SÓDIO E DE CÁLCIO, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO COLOFÔNIA, BÁLSAMO DE TOLÚ E CERA DE ABELHA ESTÉTICO; SECAGEM RÁPIDA; FÁCIL APLICAÇÃO; TEMPO DE LIBERAÇÃO DO FLÚOR É MAIOR. EMBALAGEM COM 1 FRASCO COM 10ML DE VERNIZ E 1 FRASCO COM 10ML DE SOLVENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	56
19	605371	Verniz Dentário. Tipo: Cavitário. Composição: Nitrocelulose. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES. INDICAÇÃO: FORRAÇÕES DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, SOB AS RESTAURAÇÕES A SILICATO. COMPOSIÇÃO: NITROCELULOSE 8G%.FRASCO 15ML. (TIPO CAVITINE). VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	110
20	417242	Hemostático Absorvível. Material: Esponja De Gelatina Liofilizada. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Em Cubo, 1 Cm. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESPONJA HEMOSTÁTICA PRODUZIDA COM 100% DE COLÁGENO PORCINO LIOFILIZADO. PERMITE BOA VISUALIZAÇÃO DO CAMPO CIRÚRGICO. ABSORÇÃO DE 40-50 VEZES SEU PRÓPRIO PESO EM SANGUE TOTAL. REABSORVÍVEL PELO ORGANISMO EM 15 DIAS. MATERIAL ATÓXICO E NÃO PIROGÊNICO. ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. DEVE PROPORCIONAR PROTEÇÃO DO LEITO DA FERIDA CIRÚRGICA. MATERIAL LEVE COM PESO APROXIMADO DE 10MG. DIMENSÕES: 1X1 CM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 10 UNIDADES	200
21	422554	Hemostático Tópico. Princípio Ativo: Cloreto De Alumínio. Aspecto Físico: Líquido. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA PARA CONTENÇÃO DE SANGRAMENTO À BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO A 25%, SULFATO DE HIDROXIQUINOLEÍNA E ÁLCOOL ETÍLICO. LÍQUIDO INCOLOR. PRODUTO ATÓXICO. NÃO CONTÉM EPINEFRINA. EMBALAGEM: FRASCO COM 10 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 10ML	70
LOTE 08 - CIMENTOS ODONTOLÓGICOS				
1	404570	Cimento De Ionômero De Vidro. Tipo: Forração. Ativação: Autopolimerizável. Aspecto Físico: Pó + Líquido. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO DE IÔNOMERO DE VIDRO F. KIT: PÓ E LÍQUIDO. PÓ - COMPOSIÇÃO: FLUORSILICATO DE CÁLCIO, BÁRIO DE ALUMÍNIO, ÁCIDO POLIACRÍLICO LIOFILIZADO E CARGAS IÔNICAS. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10G. LÍQUIDO- COMPOSIÇÃO: ÁCIDO POLIACRÍLICO, ÁCIDO TARTÁRICO E ÁGUA DEIONIZADA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 13ML. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	50

2	436843	Cimento De Ionômero De Vidro. Tipo: Restaurador, Alta Viscosidade. Ativação: Autopolimerizável. Aspecto Físico: Pó + Líquido. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO DE IÔNOMERO DE VIDRO R. KIT: PÓ E LÍQUIDO. COMPOSIÇÃO: VIDRO DE ALUMINOFLUORSILICATO, ÁCIDO POLICARBOXÍLICO, ÁCIDO TARTÁRICO, FLUORETO DE CÁLCIO E ÁGUA. RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO: 10,4 +- 6,2 MPA. CARACTERÍSTICAS: RESISTÊNCIA À FLEXÃO: 29,5 +- 3,6 MPA; DUREZA KNOOP: 101,1 +- 49,0; LIBERAÇÃO DE FLUORETO APÓS 24H: MAIOR QUE 20 UG/CM²; APRESENTAÇÃO: KIT COM POTE DO PÓ COM 10G, FRASCO DO LÍQUIDO COM 8G., 1 DOSADOR DE PÓ E 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA REGISTRO NA ANVISA.	KIT	400
3	404547	Cimento Odontológico. Tipo: Obturador Provisório. Composição: Com Flúor. Aspecto Físico: Pasta Única. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO PARA RESTAURAÇÃO PROVISÓRIA. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE CÁLCIO, ACETATO DE POLIVILINA, MENTOL, DIBUTILFTALATO. APRESENTAÇÃO: POTE COM 20G. (SIMILAR À MARCA COLTOSOL). VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	101
4	404562	Hidróxido De Cálcio Uso Odontológico. Tipo: Cimento. Aspecto Físico: Base + Catalisador. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO APRESENTAÇÃO: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO E AUTO-ENDURECÍVEL, FORRADOR DE CAVIDADE E AGENTE CAPEADOR PULPAR; SISTEMA COM DUAS PASTAS: BASE, CONTENDO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO E ÓXIDO DE ZINCO E CATALISADOR, CONTENDO SULFATO DE BÁRIO, RESINA DE POLIMETILENESALICILATO E METILSALICILATO, COM PH DE APROXIMADAMENTE 12. PRESA REGULAR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BLOCO ESPATULADOR. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KIT COM 13G DE BASE E 11G DE CATALIZADOR VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	129
5	422120	Cimento Odontológico. Tipo: Temporário. Composição: Óxido De Zinco E Eugenol. Aspecto Físico: Pó + Líquido. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO RESTAURADOR TEMPORÁRIO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOLAPLICAÇÃO: DENTÍSTICA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÓ: COR MARFIM, COMPOSIÇÃO – ÓXIDO DE ZINCO, POLI METACRILATO DE METILA; LÍQUIDO: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5%. DE PRESA RÁPIDA E ALTA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, COM PROPRIEDADES SEDATIVAS. O PÓ DEVE TER PARTÍCULAS REGULARES DE MESMO TAMANHO, PROPORCIONANDO UMA MASSA CONSISTENTE SEM GRÂNULOS APARENTES. FORMA DE APRESENTAÇÃO: KIT/ CONJUNTO COMPLETO. UNIDADE DE ESTOQUE: KIT/ CONJUNTO COMPLETO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 1 KIT COMPLETO (KIT) QUE DEVE CONTER 1 FRASCO DO PÓ DE 38G (PODENDO VARIAR EM ATÉ -10%) E 1 FRASCO DO LÍQUIDO COM 15 ML. TIPO: IRM OU DE QUALIDADE SUPERIOR VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	57
LOTE 09 - MEDICAÇÕES DE USO ODONTOLÓGICO				

1	374821	Formocresol Uso Odontológico. Composição: Formaldeído + Orto-Cresol. Concentração: 19% + 35% Aproximadamente. Veículo: Em Solução Glicerizada. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FORMOCRESOL 10ML. FORMOCRESOL, MATÉRIA PARA MUMIFICAÇÃO DA POLPA DENTAL, CONSTITUÍDA POR UMA MISTURA DE CRESÓIS E FORMOL. UTILIZADO COMO MEDICAÇÃO CURATIVA INTRACANAL E EM TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS DE DENTES DECÍDUOS COM A FINALIDADE DE MUMIFICAR O TECIDO PULPAR E FIXAR AS POLPAS VIVAS, MANTENDO-AS INERTES E POSSIBILITANDO A CONSERVAÇÃO DO DENTE DECÍDUO ATÉ SUA QUEDA FISIOLÓGICA (PULPOTOMIA). É UM POTENTE AGENTE ANTIMICROBIANO E ANTIBACTERIANO QUE POSSUI AINDA A CAPACIDADE DE NEUTRALIZAR TOXINAS PRESENTES NO CANAL RADICULAR. PRODUTO EMBALADO EM EMBALAGEM DE 10ML. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA.	UN	114
2	419258	Iodofórmio. Aspecto Físico: Pó Ou Cristal Lustroso Amarelo, Odor Desagradável. Fórmula Química: Chi3 (Tri-Iodometano). Peso Molecular: 393,73 G/MOL. Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99%. Número De Referência Química: Cas 75-47-8. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: IODOFORMIO APRESENTA-SE SOB A FORMA DE PEQUENOS CRISTAIS AMARELOS E BRILHANTES QUE EVAPORAM À TEMPERATURA AMBIENTE E SE VOLATILIZAM COM O VAPOR D'ÁGUA. POSSUI ALTO TEOR DE IODO, EM TORNO DE 96%, POSSUI EFEITO ANTIMICROBIANO. EMBALAGEM: 01 FRASCO COM 10G. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	57
3	624433	Polimixina B. Composição: Associada Com Neomicina E Hidrocortisona. Concentração: 10.000 Ui/ML + 5 Mg/ML + 10 MG/ML. Forma Farmacêutica: Suspensão Otológica. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: HIDROCORTISONA 10MG/ML+ SULFATO DE NEOMICINA 5MG/ ML+SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI/ML SUSPENSÃO OTO LÓGICA. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 18 MESES NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	105
4	404585	Hidróxido De Cálcio Uso Odontológico. Aspecto Físico: Pó. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. EM PÓ 10G. FORRADOR DENTINÁRIO 100% HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PURO NA FORMA EM PÓ. INDICADO PARA CASOS DE POLPA VIVA E POLPA NECROSADA COM PRESENÇA OU NÃO DE PERIODONTITE APICAL, COMO MATERIAL CAPEADOR DE POLPA EM EXPOSIÇÃO PULPAR ACIDENTAL E PULPOTOMIAS, PROTEGE A POLPA CONTRA OS ESTÍMULOS TERMOELÉTRICOS, PROVOCA A INIBIÇÃO DA PROLIFERAÇÃO BACTERIANA E COMO MATERIAL CURATIVO INTRACANAL. EMBALAGEM: FRASCO 10G. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	101
LOTE 10 - FLUORETOS				

1	428105	Fluoreto De Sódio. Concentração: 0,2%. Forma Farmacêutica: Solução Bucal. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FLÚOR LÍQUIDO PARA BOCHECHO SEMANAL 0,2%: SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SÓDIO A 0,2% INDICADO PARA BOCHECHOS SEMANAIS, APRESENTADO NOS SABORES: MORANGO, MENTA, TUTTI-FRUTTI E SEM SABOR. EMBALAGEM COM 1 LITRO. FLUORSUL SEMANAL - FLUORETO DE SÓDIO A 0,2% 1000 ML. IGUAL OU SUPERIOR À MARCA IODONTOSUL. . VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 1L	55
2	428102	Fluoreto De Sódio. Concentração: 1,23%. Forma Farmacêutica: Gel Tixotrópico. Característica Adicional: Acidulado. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FLÚOR TÓPICO GEL ACIDULADO, TIXOTRÓPICO, COM CONCENTRAÇÃO 1,23%, PARA APLICAÇÃO EM 1 MIN. COM PH ENTRE 3 E 4, SABOR CEREJA OU TUTTI-FRUTTI. FRASCO COM 200 ML. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 200ML. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 200ML	67
3	428103	Fluoreto De Sódio. Concentração: 2%. Forma Farmacêutica: Gel Tixotrópico. Característica Adicional: Neutro. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FLÚOR TÓPICO GEL NEUTRO. COMPOSIÇÃO 2% DE FLUORETO DE SÓDIO EM GEL BASE DE CARÁTER NÃO IÔNICO EM PH NEUTRO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 200ML. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 200ML	185
LOTE 11 - MATERIAIS PARA RADIOGRAFIA				
1	421289	Filme Radiológico. Tipo: Raio-X. Dimensões: 31 X 41 MM. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO PERIAPICAL ADULTO. VELOCIDADE E. TAMANHO 3X4CM. PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. EMBALAGEM COM 150 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 150 UNIDADES	50
2	420611	Filme Radiológico. Tipo: Raio-X. Dimensões: 22 X 35 MM. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO PERIAPICAL INFANTIL. VELOCIDADE F. TAMANHO 22X35MM. PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	12
3	405632	Fixador Radiológico. Aplicação: Para Processamento Manual. Aspecto Físico: Solução Aquosa Pronta Para Uso. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FIXADOR DE IMAGEM PARA PELÍCULA DE FILME PARA RAO-X. EMBALAGEM COM 1 FRASCO COM 500ML, CONTENDO: BISSULFITO DE SÓDIO, SULFATO DE ALUMÍNIO E AMÔNIA. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DA VALIDADE TOTAL A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. DISPENSA REGISTRO NO MS.	FRASCO COM 500ML	90
4	405620	Revelador Radiológico. Tipo: Solução Aquosa Pronta P/ Uso. Aplicação: Para Processamento Manual. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: REVELADOR RADIOGRÁFICO MANUAL EMBALAGEM COM 1 FRASCO COM 500ML, CONTENDO: ÁGUA, DIETILENO GLICOL, HIDROQUINONA E CARBONATO DE POTÁSSIO. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DA VALIDADE TOTAL A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. DISPENSA REGISTRO NO MS.	FRASCO COM 500ML	110

5	420232	Acessório Para Radiologia. Tipo: Posicionador Filme. Componentes: Conjunto Completo. Características Adicionais: Até 4 Unidades. Esterilidade: Autoclavável. Tamanho: Adulto. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL (121°C A 134°C) TAMANHO ADULTO. COMPOSIÇÃO: TERMOPLÁSTICO, PIGMENTO E SILICONE ATÓXICO. APRESENTAÇÃO: KIT COM 1 POSICIONADOR PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES E INFERIORES + 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR DIREITO E INFERIOR ESQUERDO + 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR ESQUERDO E INFERIOR DIREITO + 1 POSICIONADOR PARA RADIOGRAFIA INTERPROXIMAL BITE WINGS + 1 POTE PARA ARMAZENAMENTO. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	10
6	420233	Acessório Para Radiologia. Tipo: Posicionador Filme. Componentes: Conjunto Completo. Características Adicionais: Até 4 Unidades. Esterilidade: Autoclavável. Tamanho: Infantil. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL (121°C A 134°C). TAMANHO INFANTIL. COMPOSIÇÃO: TERMOPLÁSTICO, PIGMENTO E SILICONE ATÓXICO APRESENTAÇÃO: KIT COM 1 POSICIONADOR PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES E INFERIORES + 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR DIREITO E INFERIOR ESQUERDO + 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR ESQUERDO E INFERIOR DIREITO + 1 POSICIONADOR PARA RADIOGRAFIA INTERPROXIMAL BITE WINGS + 1 POTE PARA ARMAZENAMENTO. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	10
7	475750	Protetor Radiológico - Tipo Vestuário. Modelo: Avental Frente Longo E Ombro. Material: Borracha Plumbífera. Componente 1: C/ Protetor Tireóide. Proteção Tecido: Equivalência Frente E Tireóide 0,50, Costa 0,25 MM. Adicional 1: Ajustável, Impermeável. Tamanhos: Adulto. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AVENTAL PLUMBÍFERO PARA PACIENTE COM PROTETOR DE TIREÓIDE - FORNECIDO COM PROTEÇÃO DE 0,25MM OU 0,50 MM DE CHUMBO NAS SEGUINTE MEDIDAS: 100X60CM. TAMANHO ADULTO	UN	8
8	475744	Protetor Radiológico - Tipo Vestuário. Modelo: Avental Longo P/ Periapical. Material: Borracha Plumbífera. Proteção Tecido: Equivalência De 0,50 MM. Adicional 1: Ajustável, Impermeável. Tamanhos: Infantil DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AVENTAL PLUMBÍFERO INFANTIL COM PROTETOR PARA TIREÓIDE - FORNECIDO COM PROTEÇÃO DE 0,50 MM DE CHUMBO NAS SEGUINTE MEDIDAS: 60X50CM. TAMANHO INFANTIL	UN	10
9	428168	Acessório Para Radiologia. Tipo: Cartela. Material: Papelão. Características Adicionais: Para 1 Película. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 COM 01 FURO ADULTO. EMBALAGEM COM 100 UN.	PCT COM 100 UNIDADES	48
10	420216	Acessório Para Radiologia. Tipo: Cartela. Material: Papelão. Características Adicionais: Para 2 Películas. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 02 FUROS ADULTO. EMBALAGEM COM 100 UN. CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 COM 02 FUROS ADULTO. EMBALAGEM COM 100 .	PCT COM 100 UNIDADES	24

11	428168	Acessório Para Radiologia. Tipo: Cartela. Material: Papelão. Características Adicionais: Para 1 Película. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 01 FURO INFANTIL EMBALAGEM COM 100 UN.	PCT COM 100 UNIDADES	13
12	420216	Acessório Para Radiologia. Tipo: Cartela. Material: Papelão. Características Adicionais: Para 2 Películas. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 02 FUROS INFANTIL. EMBALAGEM COM 100 UN.	PCT COM 100 UNIDADES	7
LOTE 12 - INSTRUMENTAIS				
1	272821	Cabo Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº 3. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CABO PARA BISTURI Nº 03	UN	14
2	440162	Bandeja Uso Médico. Material: Aço Inoxidável. Tipo: Lisa. Esterilidade: Esterilizável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BANDEJA CLÍNICA EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL PARA EXAME CLÍNICO. TAMANHO 22X12X1,5CM. ACABAMENTO POLIDO.	UN	56
3	413300	Cabo Espelho Bucal. Material: Aço Inoxidável. Formato: Oitavado. Tipo Uso: Autoclavável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CABO ESPELHO BUCAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO OITAVADO, TIPO USO AUTOCLAVÁVEL	UN	84
4	437557	Espelho Bucal. Material: Aço Inoxidável E Espelho. Tipo: Plano. Tamanho: Nº 3. Uso: Encaixe Universal. Tipo Uso: Autoclavável. Apresentação: Embalagem Individual. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESPELHO BUCAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL E ESPELHO, TIPO PLANO, TAMANHO Nº 3, USO ENCAIXE UNIVERSAL, TIPO USO AUTOCLAVÁVEL, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	151
5	437561	Espelho Bucal. Material: Aço Inoxidável E Espelho. Tipo: 1º Plano. Tamanho: Nº 5. Uso: Encaixe Universal. Tipo Uso: Autoclavável. Apresentação: Embalagem Individual. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESPELHO BUCAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL E ESPELHO, TIPO PLANO, TAMANHO Nº 5, USO ENCAIXE UNIVERSAL, TIPO USO AUTOCLAVÁVEL, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	538
LOTE 13 - DESINFETANTES E ANTISSEPTICOS				
1	269941	Álcool Etílico. Tipo: Hidratado. Teor Alcoólico: 70% (70ºGL). Apresentação: Líquido. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% INPM. PRAZO DE VALIDADE: 75% DA VALIDADE TOTAL DO PRODUTO. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1L. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO UM ANO NO ATO DA ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 1L	1008
2	343892	Detergente Enzimático. Composição: A Base De Amilase E Protease. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: DETERGENTE ENZIMÁTICO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO, COM ENZIMA HIDROLÍTICA DA SUBCLASSE DAS PROTEASES EC 3.4 E ENZIMA DA SUBCLASSE DAS AMILASES EC 3.2. APRESENTAÇÃO: FRASCO 01 LITRO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 1L	21

3	418724	Desinfetante. Princípio Ativo: À Base De Didecildimetilamônio E Phmb. Forma Física: Solução Aquosa Concentrada. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: DESINFETANTE HOSPITALAR DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO COMPOSIÇÃO : CLORETO DE DIDECDIMETILAMÔNIO E CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA (PHMB) (TIPO: GERMIRIO -GERMISUL). APRESENTAÇÃO: 1 LITRO. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 1L	202
LOTE 14 - FOTOPOLIMERIZADOR				
1	410459	Equipamento Odontológico. Tipo: Fotopolimerizador. Aspecto Físico: Base Peça De Mão Sem Fio. Material Ponteira: Ponteira Fibra Ótica Ou Acrílico. Material Corpo: Plástico Abs. Fonte: Luz Led. Instalação: Elétrica Componentes: Protetor Ocular. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FOTOPOLIMERIZADOR COM DISPLAY DIGITAL, PROFUNDIDADE DE POLIMERIZAÇÃO DE 6 MM, TEMPORIZADOR PARA POLIMERIZAÇÃO E CLAREAMENTO: 5, 10, 15 E 20 SEGUNDOS, COM BIP SONORO INDICATIVO A CADA 5 SEGUNDOS E NO FINAL DA OPERAÇÃO, TEMPO MÁXIMO DE USO CONTINUO: 300 SEGUNDOS, COM COMANDOS DE PROGRAMAÇÃO NA PRÓPRIA CANETA, CORPO CONFECCIONADO EM ABS INJETADO, INTENSIDADE DE LUZ CONSTANTE, INDEPENDENTE DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA. A SOLIDIFICAÇÃO, NÃO DEVE AFETAR A CURA DA RESINA PELA DIFERENÇA DE CARGA DA BATERIA, TEMPO DE USO CONTÍNUO COM CARGA TOTAL – 150 MINUTOS. SILENCIOSO, SEM VENTILAÇÃO FORÇADA, BIVOLT AUTOMÁTICO 100 – 240V, PONTEIRA DE FOTOPOLIMERIZAÇÃO CONFECCIONADA EM FIBRA ÓPTICA ORIENTADA (SEM FUGA DE LUZ), AUTOCLAVÁVEL A 134°C E COM GIRO DE 360º, SISTEMA STAND BY. DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 2 MINUTOS SEM UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO 01 FOTOPOLIMERIZADOR, 01 FONTE DE ALIMENTAÇÃO, 02 PONTEIRAS, 01 PROTETOR OCULAR E 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES. REGISTRO NA ANVISA.	UN	17
LOTE 15 - BROCAS CARBIDE				
1	403389	Broca alta rotação. Material: carbide. Formato: tronco cônica. Característica adicional: picotada. Tipo haste: haste longa. Tipo corte: cirúrgica. Numeração americana 1: ref. 702. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL CARBIDE, HASTE LONGA Nº 702 REGISTRO NA ANVISA	UN	204
2	403391	Broca Alta Rotação. Material: Carbide. Formato: Tronco Cônica. Característica Adicional: Picotada. Tipo Haste: Haste Longa. Tipo Corte: Cirúrgica. Numeração Americana 1: Ref. 703. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL CARBIDE, HASTE LONGA Nº 703 REGISTRO NA ANVISA	UN	204
3	403873	Broca Alta Rotação. Material: Carbide. Formato: Cônica Longa. Característica Adicional: Topo Arredondado. Tipo Haste: Haste Longa. Tipo Corte: Zekrya. Referência: Ref. 151. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL CARBIDE, CIRÚRGICA, ZECRYA Nº 151, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 01 UNIDADE. REGISTRO ANVISA	UN	204
LOTE 16 - BROCAS DIAMANTADAS				

1	403137	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Cônica. Característica Adicional: Topo Em Chama. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Fino. Numeração Americana 1: Ref. 1112f. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1112 F COM HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA	UN	156
2	405971	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Cilíndrica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1090. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA CILÍNDRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1090 COM HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	156
3	403093	Broca Alta Rotação Material: Aço Inoxidável. Diamantada Formato: Chama. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 3118. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	252
4	403150	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Chama. Tipo Haste: Haste Curta. Tipo Corte: Corte Fino. Numeração Americana 1: Ref. 3118f. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118 F, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
5	403151	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Chama. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Extra Fino. Numeração Americana 1: Ref. 3118ff. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118 FF, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
6	403152	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Pêra. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Fino. Numeração Americana 1: Ref. 3168f. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA (PÊRA) PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 F, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA	UN	300

7	403153	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Pêra. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Extra Fino. Numeração Americana 1: Ref. 3168ff. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA (PÊRA) PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 FF, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
8	402944	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1011. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	204
9	402945	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1012. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
10	402946	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1013. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
11	402947	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1014. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
12	402948	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1015. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	252
13	402949	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1016. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	108

14	403373	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Longa. Tipo Corte: Cirúrgica. Numeração Americana: 1014. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014, HASTE LONGA, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	252
15	403374	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Longa. Tipo Corte: Cirúrgica. Numeração Americana: 1016. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016, HASTE LONGA, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	252
16	411905	Peças - Equipamento Odontológico. Tipo: Saca Broca. Aplicação.	UN	8

APÊNDICE - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação para a aquisição de Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico - Parte I, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA;

1.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de insumos, materiais e equipamentos odontológicos destinados à reposição, manutenção e renovação dos itens utilizados na assistência odontológica prestada pelas Equipes de Saúde Bucal da Atenção Primária e pelo Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Barreiras-BA;

1.2 A aquisição dos insumos odontológicos é imprescindível para assegurar a continuidade, qualidade e eficiência dos procedimentos clínicos realizados. Tais insumos — como materiais restauradores, esterilizáveis e descartáveis — são essenciais à biossegurança, à integridade do paciente e à excelência dos serviços prestados. Ademais, a reposição periódica desses materiais é necessária para acompanhar os avanços tecnológicos, ampliando a resolutividade e a eficácia dos tratamentos ofertados;

1.3 Entre os itens demandados, destacam-se os insumos básicos e específicos para restaurações dentárias, procedimentos que integram a rotina de toda a Rede de Atenção à Saúde Bucal. Esses itens são fundamentais para o alcance das metas pactuadas com o Ministério da Saúde, assegurando a manutenção dos repasses de recursos federais destinados à execução dessas ações;

1.4 No tocante aos equipamentos odontológicos, a atualização e substituição periódica são igualmente indispensáveis, uma vez que a evolução tecnológica proporciona maior eficiência operacional, redução do tempo de atendimento, melhoria nos diagnósticos e tratamentos, além de oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais e maior conforto e segurança aos pacientes. O investimento em equipamentos modernos fortalece a imagem institucional dos serviços de saúde, demonstra o compromisso do Município com a qualidade assistencial e contribui para a satisfação da população usuária;

1.5 Diante do exposto, e considerando a necessidade de cumprimento das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, bem como a observância dos princípios da continuidade, eficiência, qualidade e segurança na prestação dos serviços de saúde bucal, justifica-se plenamente a presente aquisição de insumos, materiais e equipamentos odontológicos, medida essencial para assegurar a efetividade da política pública de saúde no Município de Barreiras-BA.

2. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1 O município ainda não possui o Catálogo Eletrônico de Padronização, conforme indicado no Parágrafo Único do Art. 16, do Decreto Municipal Nº 198, de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Nº 14.133, de 2021, no âmbito do Poder Executivo do município de Barreiras-BA:

Parágrafo Único. O Plano de Contratações Anual se tornará obrigatório no exercício subsequente à conclusão do Catálogo Eletrônico de Padronização deste Município, estabelecidos nos termos do Artigo 14, do mesmo Decreto.

2.2 Portanto, no momento não há obrigatoriedade do Plano de Contratações Anual (PCA). Entretanto, é importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Saúde já iniciou a sua elaboração. Essa iniciativa demonstra o compromisso da Administração em cumprir com as exigências legais e implementar boas práticas de gestão;

2.3 A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação visa à aquisição de insumos, materiais e equipamentos de uso odontológicos que atendam aos padrões mínimos de qualidade, segurança, desempenho e durabilidade, conforme as normas técnicas aplicáveis da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde, ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais legislações correlatas;

3.2 Todos os produtos deverão apresentar registro ou notificação vigente na ANVISA, quando exigido, além de estarem em conformidade com as normas sanitárias, técnicas e de biossegurança vigentes, observando-se as Boas Práticas de Armazenamento e Transporte;

3.3 Os equipamentos odontológicos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, assistência técnica autorizada no território nacional e manual de operação em língua portuguesa, assegurando a manutenção preventiva e corretiva conforme as especificações do fabricante.

3.4 Os insumos e materiais de consumo deverão ser de primeiro uso, em perfeitas condições de uso e com prazo de validade compatível com o período de fornecimento previsto; Não serão aceitos produtos reprocessados, reutilizados ou fora dos padrões de qualidade exigidos;

3.5 Em observância ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, deverão ser priorizados insumos, materiais e equipamentos que adotem critérios de sustentabilidade, tais como:

I. utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis;

II. eficiência energética em equipamentos elétricos;

III. redução do uso de substâncias tóxicas em materiais de limpeza e desinfecção;

IV. incentivo a fornecedores que adotem práticas ambientais responsáveis, com comprovação mediante certificações ou declarações ambientais;

V. preferência, sempre que possível, por materiais com maior durabilidade e menor impacto ambiental.

3.6 Embora o objeto da contratação não configure serviço de natureza continuada, o fornecimento por Sistema de Registro de Preços (SRP) possibilita a entrega parcelada e contínua, conforme a demanda real das unidades odontológicas, garantindo o abastecimento ininterrupto e o uso racional dos recursos públicos.

3.7 A contratada deverá assegurar logística adequada de fornecimento e reposição, mantendo o padrão de qualidade constante ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, observando-se as condições de armazenamento, transporte e integridade dos produtos até a entrega final.

3.8 Assim, os requisitos aqui definidos buscam garantir que o fornecimento dos materiais e equipamentos odontológicos seja realizado com qualidade técnica, segurança sanitária, eficiência operacional e responsabilidade socioambiental, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, sustentabilidade e economicidade previstos na Lei Nº 14.133, de 2021.

3.9 Da Não Utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP)

3.9.1 Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) é uma iniciativa estratégica que visa organizar, padronizar e centralizar informações sobre bens e serviços adquiridos pela Administração Pública, especialmente na área da saúde, onde os insumos precisam seguir critérios rigorosos de qualidade e compatibilidade;

3.9.2 Considerando o disposto nas normativas vigentes que orientam a utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) como ferramenta de apoio para a padronização e aquisição de materiais hospitalares e outros insumos no âmbito da Administração Pública, cumpre esclarecer os motivos que justificam a não utilização do referido catálogo na presente demanda;

3.9.3 Informamos que o Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) institucional encontra-se em fase de elaboração e estruturação, motivo pelo qual ainda não dispõe de itens consolidados, padronizados ou formalmente aprovados para consulta;

3.9.4 O processo de construção do CEP envolve etapas técnicas detalhadas, incluindo levantamento de demandas, análise de especificações técnicas, validação por comissões multidisciplinares e integração ao sistema eletrônico de compras. Dessa forma, enquanto não houver a finalização e implantação oficial do catálogo, torna-se inviável sua utilização como base para a padronização das aquisições;

3.9.5 Destaca-se que a aquisição ora solicitada é necessária para o regular funcionamento dos serviços de saúde, sendo conduzida com base em critérios técnicos previamente definidos, com observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público;

3.9.6 Assim, a ausência do CEP vigente e operacional justifica sua não utilização neste processo, sem prejuízo do compromisso institucional com a padronização e racionalização de compras futuras, tão logo o catálogo seja concluído e disponibilizado.

3.10 Indicação de Marcas

3.10.1 A indicação de marca tem caráter meramente referencial, destinando-se exclusivamente à definição do padrão mínimo de qualidade, desempenho e características técnicas desejadas pela Administração;

3.10.2 Será admitida a apresentação de produtos de marca similar ao especificado para o Lote 08 – Item 03, desde que comprovadamente atenda integralmente às especificações técnicas, possibilite perfeita compatibilidade de uso e apresentem qualidade e desempenho equivalentes ou superiores à marca de referência indicada. A comprovação da similaridade deverá ser feita mediante catálogos técnicos, manuais, declarações do fabricante ou outros documentos oficiais que permitam a avaliação técnica pela Administração;

3.10.3 A comprovação da similaridade deverá ser realizada mediante catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes emitidos pelo fabricante, que permitam à Administração verificar a conformidade do produto ofertado com o item especificado.

3.11 Da Exigência de Amostra e Apresentação do Catálogo

3.11.1 Das Amostras

3.11.1.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados. A data, o local e o horário para apresentação da amostra serão divulgados por meio de mensagens na plataforma virtual www.licitanet.com;

3.11.1.2 Para fins de avaliação técnica quanto à qualidade dos produtos ofertados, será obrigatória a apresentação de amostras dos itens correspondentes ao **LOTE 03 e item 15 do LOTE 07**;

3.11.1.3 As amostras deverão ser entregues de segunda a sexta feira das 8h às 12h e das 14h às 18h, no seguinte endereço: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Rua Vasco da Gama, Nº 360, Vila Regina - CEP. 47.806-111, Barreiras-Bahia - Telefone: (77) 36138300 - E-mail: saude@barreiras.ba.gov;

3.11.1.4 As amostras deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias úteis, após solicitação formal, sendo que 1.a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

3.11.1.5 O prazo de entrega das amostras poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa pela empresa e aceita pela Secretaria Municipal de Saúde desde que a postagem da amostra tenha sido efetuada dentro do prazo solicitado;

3.11.1.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

3.11.1.7 A avaliação técnica das amostras será realizada por equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde e levará em consideração os seguintes critérios:

- Conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- Acabamento e integridade física do produto;
- Qualidade do material utilizado, observando resistência, flexibilidade, absorção, aderência ou impermeabilidade, conforme aplicável;
- Desempenho prático (quando aplicável), como facilidade de manuseio, funcionalidade e adaptação ao uso técnico;
- Validade e condições de armazenamento;
- Embalagem individual e coletiva, com rotulagem clara e legível (inclusive lote, data de fabricação, validade, fabricante e registro/MS ou ANVISA, se exigido);
- Condições de esterilidade, quando aplicável.

3.11.1.8 As amostras deverão ser identificadas com uma etiqueta contendo as seguintes informações:

- Amostra para Análise;
- Licitação: número da licitação, número do lote e descrição a que se refere;
- Fornecedor: nome, telefone e E-mail;
- Representante: nome, telefone e E-mail.

3.11.1.9 Terá amostra desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, a licitante que:

- Não apresentar a amostra no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e nas condições solicitadas;
- Apresentar produto de baixa qualidade;
- O produto ofertado não contemplar as exigências do Termo de Referência e de seus anexos, ou a legislação aplicada;
- Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema onde foi realizado o Pregão Eletrônico;
- Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

3.11.1.10 As amostras aprovadas permanecerão retidas até a conclusão do certame para fins de comparação com os produtos entregues, e posteriormente deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração;

3.11.1.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização da amostras e fornecer, sem ônus, informações necessárias ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

3.11.2 Apresentação do Catálogo

3.11.2.1 O interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, junto à proposta, catálogo(s) técnico(s) ou folder(es) original(is) do fabricante, em língua portuguesa ou acompanhados de tradução juramentada, contendo de forma clara:

- Descrição detalhada do equipamento ou material ofertado, com suas especificações técnicas;
- Marca, modelo e referência comercial do item;
- Imagens/fotografias do produto, permitindo sua identificação visual;
- Certificações, registros ou selos de conformidade exigidos para o objeto;
- Informações sobre acessórios e componentes que acompanham o produto;
- Dados do fabricante e do representante autorizado no Brasil.

3.11.2.2 A exigência da apresentação do catálogo ou folder, visa assegurar a verificação das especificações técnicas declaradas, bem como dos parâmetros mínimos de qualidade, segurança e desempenho dos itens ofertados. Essa medida

permite a identificação prévia de eventuais não conformidades, evitando riscos à saúde dos usuários e comprometimento dos procedimentos assistenciais realizados pelas Unidades de Saúde;

3.11.2.3 A ausência de catálogo ou folder poderá acarretar a desclassificação da proposta, especialmente quando dificultar a avaliação técnica ou comprometer a rastreabilidade do equipamento

3.12 Garantia da Contratação

3.12.1 Nos termos do Art. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, informa-se que não será exigida a prestação de garantia contratual, uma vez que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto na legislação vigente;

3.12.2 A natureza do objeto, aquisição futura e eventual de materiais hospitalares e outros insumos, conforme demanda, não justifica a exigência de garantia, haja vista que a contratação por SRP não gera obrigação imediata de fornecimento, mas sim o compromisso de disponibilização dos itens quando requisitados. Assim, a ausência de exigência de garantia está em conformidade com o princípio da razoabilidade e da economicidade, considerando a característica e a finalidade do certame.

3.13 Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

3.13.1 Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

3.13.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

3.13.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;

3.13.1.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do Art. 8º, §4º, do Decreto Nº 8.538, de 2015.

3.14 Da Subcontratação

3.14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 Para subsidiar a tomada de decisão quanto à melhor forma de atendimento da demanda, foi realizado levantamento de mercado, com consultas a fornecedores especializados e a bases públicas oficiais, como o **Painel de Preços do Governo Federal, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Atas de Registro de Preços** e de outros entes federativos.

4.2 A pesquisa permitiu identificar os valores médios praticados no mercado e as possíveis alternativas de contratação, considerando aspectos de custo, disponibilidade, prazos de entrega e atendimento à legislação vigente.

4.3 Das Possíveis Soluções

4.3.1 Solução 1 – Aquisição por meio de processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico - Contrato de Fornecimento Contínuo: Consiste na contratação de empresa para fornecimento regular e periódico dos insumos e equipamentos odontológicos, mediante entregas programadas conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

Vantagens: garante abastecimento contínuo e controle de estoque.

Desvantagens: exige maior esforço de gestão contratual e planejamento rigoroso de consumo.

4.3.2 Solução 2 – Aquisição por meio de processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico – Aquisição Única: Prevê a compra total dos itens em uma única remessa, com entrega integral após a adjudicação e assinatura do Contrato.

Vantagens: simplifica a execução contratual e reduz trâmites administrativos.

Desvantagens: eleva o custo de armazenamento e pode gerar perdas por vencimento ou obsolescência de materiais odontológicos.

4.3.3 Solução 3 – Aquisição por meio de Ata de Registro de Preços (Sistema de Registro de Preços – SRP): Permite o registro formal de preços de diversos fornecedores, possibilitando contratações futuras e entregas parceladas conforme a necessidade das unidades odontológicas.

Vantagens: confere flexibilidade, economicidade, padronização dos produtos, facilidade de reposição e otimização dos recursos públicos.

Desvantagens: requer gestão atenta da validade da ata e acompanhamento de adesões.

4.3.4 Solução 4 – Aquisição por meio de Dispensa de Licitação, nas hipóteses previstas em lei: Poderia ser aplicada em situações excepcionais, como emergência ou valor reduzido, conforme os Art. 74 e 75 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Vantagens: celeridade no atendimento de necessidades urgentes.

Desvantagens: inaplicável à presente demanda, pois se trata de aquisição programada e de valor global superior aos limites legais.

4.4 Da Escolha da Solução

4.4.1 Após análise das alternativas, optou-se pela **Solução 3 – Aquisição por meio de Ata de Registro de Preços (Sistema de Registro de Preços – SRP)**, modalidade **Pregão Eletrônico**, com julgamento pelo **menor preço por lote**, por se mostrar a mais adequada e vantajosa ao interesse público;

4.4.2 A adoção da **Ata de Registro de Preços** viabiliza a realização de um único procedimento licitatório, com possibilidade de contratações posteriores sob demanda, o que resulta em ganhos de escala, redução de custos operacionais e maior agilidade na gestão de compras;

4.4.3 A Ata de Registro de Preços, por meio do Sistema de Registro de Preços, permite a participação de outros órgãos ou entidades no processo, o que pode ampliar o volume contratado e, consequentemente, proporcionar melhores preços em razão da economia de escala. A ARP é o resultado de um processo conduzido via Sistema de Registro de Preços (SRP), que **permite a adesão de órgãos não participantes**, o que aumenta o volume de contratação. Isso pode, de fato, **levar a preços mais vantajosos**, conforme o princípio da **economia de escala**, já que fornecedores conseguem melhores condições para volumes maiores;

4.4.4 A ARP facilita o **controle dos itens contratados, dos quantitativos executados e do desempenho dos fornecedores**, proporcionando **melhor governança nas contratações públicas** e maior segurança jurídica ao processo;

4.4.5 A escolha por essa solução assegura o atendimento ao princípio da vantajosidade, uma vez que permite:

4.4.5.1 A negociação de preços com base em ampla competitividade;

4.4.5.2 A contratação sob demanda, evitando estoques excessivos;

4.4.5.3 A possibilidade de atas com preços registrados competitivos.

4.4.6 A **Ata de Registro de Preços** é um importante instrumento de planejamento e gestão de compras públicas, que combina **agilidade, economicidade, flexibilidade e segurança jurídica**, especialmente útil para contratações recorrentes, como ocorre na área da saúde;

4.4.7 A escolha fundamenta-se em sua **flexibilidade operacional, eficiência econômica, redução de custos administrativos, agilidade nas contratações subsequentes e garantia de fornecimento contínuo** dos insumos e equipamentos odontológicos necessários à manutenção e melhoria dos serviços de saúde bucal no município de Barreiras-BA.

5. DESCRICAO DA SOLUCAO COMO UM TODO

5.1 Diante das alternativas apresentadas pelo mercado e avaliando os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução a ser adotada pela Equipe de Planejamento da Contratação, para a satisfação do interesse público e para lidar com as possíveis variações de demanda, é a instauração de **processo licitatório** na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), através de **adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)**. Essa modalidade revela-se a solução mais eficiente, econômica e juridicamente segura para atender às necessidades da Administração Pública Municipal na aquisição de **Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico**, pois permite a compra conforme demanda e disponibilidade orçamentária;

5.2 Considerando, ainda, a diversidade de produtos existentes no mercado, as peculiaridades de cada unidade que integra a Secretaria Municipal de Saúde e o risco de não se identificar previamente todos os insumos necessários antes da realização do certame, a **vinculação da demanda da Administração a uma tabela referencial de insumos, materiais e equipamentos de uso odontológico** apresenta-se como alternativa viável e coerente com a boa gestão dos recursos públicos;

5.3 Em termos de **justificativa econômica**, não há alternativas menos dispendiosas que atendam ao interesse da Administração de forma tão abrangente quanto a contratação proposta. A utilização do **Pregão Eletrônico** se enquadra nas hipóteses previstas no **Art. 14 do Decreto Nº 11.462, de 2023**, que regulamenta os **Arts. 82 a 86 da Lei Nº 14.133, de 2021**, dispondo sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública;

5.4 A **adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)**, prevista no **Art. 86 da Lei Nº 14.133, de 2021**, permite que órgãos ou entidades não participantes do certame possam utilizar a ata mediante autorização do órgão gerenciador e concordância do fornecedor registrado. Essa possibilidade amplia o alcance da contratação, promove a racionalização dos procedimentos administrativos, evita duplicidade de licitações e possibilita o aproveitamento de preços vantajosos já registrados;

5.5 Quanto ao **Inciso IV do Art. 3º do Decreto Nº 11.462, de 2023**, há pleno respaldo para a presente contratação, uma vez que a previsão orçamentária foi realizada sob a perspectiva da Secretaria Municipal de Saúde, observando a estimativa de consumo de insumos, materiais e equipamentos de uso odontológico e a disponibilidade financeira. Assim, a Secretaria poderá, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, proceder às aquisições de acordo com suas demandas específicas e com a dotação orçamentária disponível;

5.6 Ademais, considerando que as aquisições podem ocorrer em **datas e quantidades distintas**, a não adoção do Sistema de Registro de Preços poderia demandar a realização de múltiplos processos licitatórios com o mesmo objeto em um mesmo exercício, o que acarretaria aumento da carga administrativa e o risco de **fracionamento indevido de despesa**, prática vedada pela legislação.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

6.1 As quantidades estimadas para aquisição de insumos, materiais e equipamentos odontológicos foram definidas a partir de metodologia objetiva, transparente e tecnicamente fundamentada, em conformidade com o Art. 18, Inciso X, da Lei Nº 14.133, de 2021 e com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, que disciplinam a necessidade de elaboração de estudos técnicos preliminares e memória de cálculo para dimensionamento da demanda;

6.2 A metodologia utilizada considerou como base o consumo efetivo no exercício de 2024, conforme registros da Central de Abastecimento de Materiais Odontológicos. A este quantitativo foi acrescido um fator de 40% (quarenta por cento), aplicado de forma uniforme, com a finalidade de:

6.2.1 Corrigir distorções decorrentes de desabastecimento gerado por fornecedores contratados em anos anteriores, situação que impactou negativamente a regularidade do fornecimento e não refletiu a demanda real apresentada;

6.2.2 Atender à ampliação da cobertura assistencial da Rede de Atenção à Saúde Bucal (RASB), que passou a funcionar de forma integral e contínua, incluindo:

- o funcionamento noturno de três equipes de Saúde Bucal (eSB);

- a expansão do atendimento em três Unidades de Saúde da Família localizadas na zona rural (USF Amadeu R. Pompeu, USF Carlos P. Albernaz e USF Ana N. Cardoso);

6.2.3 Antecipar a necessidade de novas equipes de Saúde Bucal previstas para implantação até 2026, com mais 02 (duas) eSB na zona urbana;

6.2.4 Considerar o crescimento populacional da área de cobertura, que amplia de forma progressiva a demanda por procedimentos odontológicos.

6.3 Importante ressaltar que, no âmbito da saúde, não é possível presumir com exatidão o quantitativo a ser consumido, haja vista que a demanda é variável, dinâmica e depende de fatores epidemiológicos, sociais e assistenciais que não podem ser totalmente previstos. Assim, a Administração deve adotar estimativas técnicas razoáveis, garantindo a provisão suficiente de recursos necessários à execução ininterrupta dos serviços de saúde, em respeito ao princípio da continuidade do serviço público;

6.4 Adicionalmente, destaca-se que a presente contratação será realizada por meio de **Ata de Registro de Preços**, no âmbito do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Esse mecanismo proporciona maior **flexibilidade, eficiência e economicidade** à gestão pública, uma vez que a Administração efetuará as aquisições **conforme a necessidade real e a disponibilidade orçamentária**, evitando, assim, o **superdimensionamento de quantidades** e a **formação de estoques desnecessários**;

6.2.4 Dessa forma, as quantidades ora estimadas não se configuram como arbitrárias, mas resultam de cálculos respaldados em dados históricos, correções técnicas e projeções de expansão dos serviços, assegurando o adequado abastecimento da rede assistencial. O planejamento adotado observa os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde, fornecendo segurança técnica e jurídica para a instrução processual e para eventual análise pelos órgãos de controle.

6.3 Da Especificação Técnica e Quantidade da Solução

6.3.1 O objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas no Anexo deste Estudo Técnico Preliminar.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 Em conformidade com a legislação vigente, o valor previamente estimado para a presente contratação deverá refletir os **preços praticados no mercado**, observando-se os parâmetros estabelecidos na **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021**, e considerando a **potencial economia de escala** e as **peculiaridades regionais** do local de execução do objeto;

7.2 A Administração optou por **manter sob sigilo a estimativa do valor da contratação** até a conclusão do certame. Nessa hipótese, o **orçamento estimado** terá **caráter sigiloso**, sem prejuízo da divulgação dos **quantitativos, especificações técnicas e demais informações necessárias** à elaboração das propostas. Ressalta-se que o sigilo **não prevalecerá perante os órgãos de controle interno e externo**, conforme disposto no **Art. 24 da Lei Nº 14.133, de 2021**;

7.3 A decisão pela **adoção do orçamento sigiloso** fundamenta-se na convicção de que tal medida **amplia a competitividade, estimula a ampla participação dos licitantes e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas** para a Administração Pública. Importa destacar que a medida **não causa prejuízo aos interessados**, visto que todas as informações necessárias à formulação das propostas são devidamente disponibilizadas no edital e em seus anexos;

7.4 O **valor estimado da contratação**, acompanhado dos **preços referenciais**, das **cotações obtidas** e dos **elementos que subsidiaram sua composição**, será formalizado em **documento específico e anexado aos autos do processo administrativo**.

Esse documento permanecerá **classificado**, em razão da opção administrativa pelo orçamento sigiloso, nos termos do **Art. 18, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021**.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O parcelamento da contratação foi devidamente avaliado pela Equipe de Planejamento, em conformidade com o disposto no **Art. 40 da Lei Nº 14.133, de 2021**, que determina que a Administração deve dividir o objeto sempre que técnica e economicamente viável, a fim de ampliar a competitividade, evitar concentração de mercado e garantir maior vantagem ao erário;

8.2 No presente caso, a **contratação foi estruturada por lotes**, considerando a natureza e a compatibilidade técnica dos itens entre si, bem como o ramo de atividade das empresas potenciais fornecedoras. Tal medida visa assegurar a **integridade qualitativa do objeto**, simplificar o gerenciamento do contrato e promover a obtenção de preços mais vantajosos, sem restringir a ampla competitividade;

8.3 O agrupamento dos itens em lotes, também, se justifica pela **necessidade de garantir eficiência logística** e segurança na entrega dos insumos, materiais e equipamentos de uso odontológico, já que as aquisições ocorrerão de forma **parcelada e conforme a demanda**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Essa sistemática evita desabastecimento, desperdícios e sobrecarga de armazenamento nas unidades de saúde;

8.4 Destaca-se que o parcelamento excessivo poderia gerar o **efeito contrário ao desejado**, resultando em dificuldades de gerenciamento contratual, aumento do número de fornecedores e, conseqüentemente, maior complexidade administrativa, além de elevar os custos indiretos de aquisição e controle;

8.5 Assim, o **parcelamento por lotes homogêneos** representa a alternativa mais equilibrada, pois, mantém a competitividade entre empresas do mesmo segmento, possibilita economia de escala, reduz custos administrativos e assegura a continuidade e regularidade do fornecimento dos materiais e equipamentos odontológicos.

8.6 Dessa forma, conclui-se que o **parcelamento da contratação é técnica e economicamente justificável**, e foi adotado de modo a garantir a observância dos princípios da **eficiência, economicidade, isonomia, competitividade e planejamento**, conforme preceitua a Lei Nº 14.133, de 2021.

9. IDENTIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 A aquisição de Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico solicitados pelo Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) está relacionada e, em alguns casos, depende de outras contratações realizadas no âmbito da Secretaria de Saúde, tais como: manutenção de equipamentos odontológicos, aquisição de materiais de consumo clínico e contratação de serviços de suporte técnico. Essas interdependências devem ser consideradas para garantir a funcionalidade plena dos serviços prestados pelo CEO e a otimização dos recursos públicos;

9.2 Assim, a aquisição ora proposta integra o planejamento global da Secretaria Municipal de Saúde, visando assegurar a continuidade e a qualidade dos atendimentos odontológicos prestados à população, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 O objetivo principal da presente contratação é garantir a **disponibilidade contínua de insumos, materiais e equipamentos de uso odontológico**, assegurando a manutenção da qualidade, eficiência e segurança nos serviços prestados pelas unidades vinculadas à **Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA**;

10.2 Os resultados pretendidos com a execução da contratação incluem:

10.2.1 Garantia de Continuidade Assistencial:

- Disponibilização regular e oportuna de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à rotina clínica odontológica;
- Redução de interrupções nos atendimentos devido à falta de materiais;
- Suporte efetivo às metas de cobertura e resolutividade das Equipes de Saúde Bucal da Atenção Primária e do CEO.

10.2.2 Eficiência Operacional e Econômica:

- Otimização dos recursos públicos mediante aquisição por Sistema de Registro de Preços (SRP) e parcelamento por lotes;
- Redução de custos administrativos e logísticos com armazenamento, transporte e controle de estoque;
- Possibilidade de aproveitamento de preços mais vantajosos registrados em ata.

10.2.3 Qualidade e Segurança dos Serviços:

- Garantia de que os produtos atendam aos **padrões técnicos e sanitários**, incluindo normas da **ANVISA** e **ABNT**;
- Assegurar biossegurança, conforto e segurança aos pacientes;
- Conformidade com boas práticas clínicas e atualização tecnológica dos procedimentos odontológicos.

10.2.4 Fomento à Competitividade e Inclusão de Fornecedores:

- Adoção de loteamento estratégico para ampliação da participação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- Promoção da isonomia e competitividade entre os fornecedores;
- Garantia de ampla adesão e diversificação de fornecedores especializados.

10.2.5 Sustentabilidade e Boas Práticas:

- Observância das diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**;
- Priorização de produtos e fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis;
- Minimização de impactos ambientais, inclusive no descarte de materiais odontológicos.

10.3 Dessa forma, a execução da contratação permitirá à Administração **alcançar eficiência, economicidade, qualidade e continuidade assistencial**, promovendo resultados concretos e mensuráveis para o atendimento odontológico à população usuária do SUS no município de Barreiras-BA.

11. PROVIDENCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A demanda será acompanhada pelo corpo técnico responsável devidamente capacitado para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite de proposta, recebimento dos itens, sua distribuição entre as Unidades de Saúde contempladas e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade de todo o fluxo da compra pública.

12. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 A presente contratação, voltada à aquisição de **Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico**, embora de natureza essencialmente administrativa e de fornecimento de bens de consumo, pode gerar impactos ambientais em diferentes etapas do ciclo de vida dos produtos, que devem ser considerados para fins de gestão sustentável;

12.2 Os principais **impactos ambientais potenciais** incluem:

12.2.1 Geração de Resíduos Sólidos:

- Materiais odontológicos descartáveis, como luvas, máscaras, seringas, anestésicos e pequenas embalagens, podem gerar resíduos sólidos que exigem manejo adequado;
- O descarte inadequado pode contaminar solo e água, além de representar risco à saúde pública e aos profissionais de saúde.

12.2.2 Consumo de Recursos Naturais:

- Produção de insumos e equipamentos odontológicos envolve consumo de matérias-primas, água e energia;
- A aquisição de produtos não certificados ou não recicláveis pode aumentar a pressão sobre recursos naturais e a pegada ambiental da atividade.

12.2.3 Emissões e Transporte:

- Transporte dos insumos e equipamentos das indústrias fornecedoras até as unidades de saúde pode gerar **emissões de gases poluentes**, consumo de combustíveis fósseis e impacto no tráfego urbano;
- Entregas mal planejadas podem aumentar a frequência de transporte, ampliando o impacto ambiental.

12.2.4 Uso e Armazenamento:

- Armazenamento inadequado de produtos químicos odontológicos (como desinfetantes e anestésicos) pode causar riscos de contaminação ambiental e acidentes com operadores;
- Equipamentos odontológicos descartáveis ou não recicláveis podem aumentar o volume de resíduos especiais gerados.

12.3 Para minimizar os impactos, recomenda-se:

- **Priorização de fornecedores com práticas sustentáveis**, como uso de embalagens recicláveis e produtos biodegradáveis, sempre que tecnicamente viável;
- **Treinamento e capacitação** das equipes de saúde para manejo adequado de resíduos e produtos químicos;
- **Planejamento logístico eficiente**, reduzindo a frequência de transporte e otimizando a distribuição;
- **Segregação e destinação adequada** de resíduos sólidos e químicos, conforme legislação ambiental e normas da ANVISA.

12.4 Dessa forma, embora a contratação não envolva impactos ambientais diretos significativos, a **adoção de boas práticas de sustentabilidade** contribui para a minimização de riscos ambientais, para o cumprimento da legislação vigente e para a promoção da responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 Após a análise técnica, econômica, jurídica e administrativa realizada no presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, verifica-se que a **aquisição de Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico** é plenamente viável e necessária

para o atendimento das demandas das unidades vinculadas à **Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA**, em especial do **Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)** e das Equipes de Saúde Bucal da Atenção Primária.

14. RESPONSÁVEL

Barreiras-BA, 16 de setembro de 2025.

ÉRIKA DE ALMEIDA OLIVEIRA MARTINS

Coordenadora de Saúde Bucal

Matrícula Nº 10772

ANEXO DO ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
LOTE 01 - ANESTÉSICOS LOCAIS				
1	269851	Lidocaína Cloridrato. Composição: Associada Com Epinefrina. Dosagem: 2% + 1:100.000. Apresentação: Injetável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA HCl 2% + HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1:100.000. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 50 TUBETES	403
2	269843	Lidocaína Cloridrato. Dosagem: 2%. Apresentação: Injetável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA HCl 2% SEM VASOCONSTRITOR. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 TUBETES COM 1,8ML CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 50 TUBETES	34
3	269888	Mepivacaína Cloridrato. Apresentação: Associada Com Epinefrina. Dosagem: 2% + 1:100.000. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML CADA. . VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 50 TUBETES	269
4	269833	Prilocaína. Composição: Associada Com Felipressina. Dosagem: 3% + 0,03ui/ML. Apresentação: Injetável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA 30 MG/ML + FELIPRESSINA (OCTAPRESSIN) 0,03 UI. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 TUBETES DE PLÁSTICO COM 1,8ML CADA. . VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA	CAIXA COM 50 TUBETES	67
5	272913	Benzocaína. Concentração: 20%. Uso: Gel Tópico. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ANESTÉSICO TÓPICO (POMADA) – BENZOCAÍNA A 20% SABOR TUTTI-FRUIT, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 12G. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA	UN	269
LOTE 02 - AGULHAS ODONTOLÓGICAS				

1	442145	Agulha Odontológica. Material: Aço Inoxidável Siliconizado. Aplicação: Gengival / Anestesia. Dimensão: 30 G Curta. Tipo Ponta*: Com Bisel Trifacetado. Tipo Conexão: Conector P/ Seringa Carpule. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Apresentação: C/ Protetor Plástico E Lacre. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AGULHA DESCARTÁVEL TIPO GENGIVAL CURTA -30G, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, PONTA COM BISEL TRIFACETADO, COM MARCAÇÃO INDICADORA NO CANHÃO. APRESENTAÇÃO: COM PROTETOR PLÁSTICO E LACRE, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL TIPO CONEXÃO: SERINGA CARPULE, CX COM 100 UNIDADES. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	186
2	442144	Agulha Odontológica. Material: Aço Inoxidável Siliconizado. Aplicação: Gengival / Anestesia. Dimensão: 27 G Longa. Tipo Ponta*: Com Bisel Trifacetado. Tipo Conexão: Conector P/ Seringa Carpule. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Apresentação: C/ Protetor Plástico E Lacre. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AGULHA DESCARTÁVEL TIPO GENGIVAL LONGA - 27G, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, PONTA COM BISEL TRIFACETADO, COM MARCAÇÃO INDICADORA NO CANHÃO, APRESENTAÇÃO:COM PROTETOR PLÁSTICO E LACRE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL TIPO CONEXÃO: SERINGA CARPULE, CX COM 100 UNIDADES. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	35
LOTE 03 - GAZES E ALGODÃO				
1	628243	Gaze Uso Em Saúde. Modelo: Compressa C/ Dobras E Camadas. Material: Tecido 100% Algodão. Densidade: Cerca De 13 Fios / Cm2. Radiopacidade: Sem Elemento Radiopaco. Dimensão Fechada: Cerca De 7,5 X 7,5 Cm. Esterilidade: Não Estéril, Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO 13 FIOS POR CM², EM TECIDO TIPO TELA, COM OITO CAMADAS E CINCO DOBRAS, COM DIMENSÃO DE 7,5 X 7,5CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30CM QUANDO ABERTAS; PACOTE 500 UNIDADES. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 500 UNIDADES	386
2	628473	Algodão Uso Em Saúde. Tipo: Hidrófilo. Material: Fibras De Algodão Purificado. Apresentação: Rolo. Esterilidade: Não Estéril. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ALGODÃO, TIPO: HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO: EM MANTAS, MATERIAL: ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO; NÃO ESTÉRIL EMBALAGEM INDIVIDUAL. COMPLEMENTO: NEUTRO, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS COM 500 G, TAMANHO MÍNIMO DE 24 CM DE LARGURA, COR BRANCA. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO UM ANO NO ATO DA ENTREGA.	UN	207

3	628477	Algodão Uso Em Saúde. Tipo: Hidrófilo. Material: Fibras De Algodão Purificado. Apresentação: Roleta Dental. Esterilidade: Não Estéril. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ALGODÃO ROLETE COM 100 UNIDADES: - ROLETE DE ALGODÃO CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO MACIAS E COM ÓTIMO PODER DE ABSORÇÃO; ROLETE ESPESSE E MACIO; TAMANHO: NÚMERO 2; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO UM ANO NO ATO DA ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 100 UNIDADES	1495
LOTE 04 - RESINAS COMPOSTAS				
1	390513	Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR B2 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	UN	35
2	390513	Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR A1 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	UN	101
3	390513	Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR A2 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	UN	286

4	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR A 3 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	370
5	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR A 3,5 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	185
6	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR C2 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	28
7	390513	<p>Resina Composta. Tipo: Fotopolimerizável. Tamanho Partículas: Microhíbrida. Aspecto Físico: Pastosa. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COR C3 - MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS DE 20 NM, MATRIZ INORGÂNICA COMPOSTA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA COM 4 GRAMAS. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	14

8	390778	Selante.Tipo: Para Fóssulas E Fissuras. Característica Adicional: Fotopolimerizável. Componentes: Com Ácido. Componente Adicional: Flúor. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATIZADO, CONTENDO 50% EM PESO DE CARGAS INORGÂNICAS COM LIBERADOR DE FLÚOR, DESENVOLVIDO PARA SELAR FÓSSULAS E FISSURAS. COMPOSIÇÃO: MONÔMERO NCO, NUPOL BIS GMA, TEGDMA, PENTA, N-METIL, DIETOLAMINA, BHT, METACRILATO DE 2_N, CANFOROQUINONA, CERVIT T 1000, BÁRIO SILANIZADO, FLUORETO DE SÓDIO, CABOSIL TS 720 E TITANOX 3328. CONDICIONADOR DENTAL GEL: ÁCIDO FOSFÓRICO, ÁGUA, SÍLICA COLOIDAL E PEGMENTO INORGÂNICO. SERINGA 2G. VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	120
LOTE 05 - MATERIAIS PARA ESTERILIZAÇÃO				
1	Não localizado	Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 50 X 130 mm. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT COM 100 UNIDADES	221
2	Não localizado	Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 15 X 30 CM. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT COM 100 UNIDADES	249
3	Não localizado	Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 90 x 160 mm. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT COM 100 UNIDADES	249
4	Não localizado	Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 90 X 260 mm. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT COM 100 UNIDADES	610
5	Não localizado	Embalagem P/ Esterilização. Material: Papel Grau Cirúrgico. Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2. Apresentação: Envelope. Componentes Adicionais: Autosselante. Tamanho: Cerca De 200 X 330 mm. Componentes: C/ Indicador Químico. Tipo Uso: Uso Único. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT COM 100 UNIDADES	672

6	428150	Fita Adesiva. Material: Papel Crepado. Tipo: Termo-Reativa. Largura: 19 MM. Comprimento: 30 M. Características Adicionais: Adesivo A Base De Borracha E Resina. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - TIPO: ROLO 19MM X 30M MATERIA PRIMA: ISENTA DE LÁTEX; EM UMA DAS FACES, MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS E, NA OUTRA FACE, UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINA ACRÍLICA. CARACTERÍSTICAS: COM COR ADICIONAIS AUTOCLAVÁVEL. CONFECCIONADA COM DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE CELULOSE, COM LISTRAS DIAGONAIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO DADOS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE: 24 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	UN	113
LOTE 06 - LÂMINAS DE BISTURI				
1	313628	Lâmina Bisturi. Material: Aço Carbono. Tamanho: Nº 12. Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	100
2	273178	Lâmina Bisturi. Material: Aço Carbono. Tamanho: Nº 15. Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	100
3	427136	Lâmina Bisturi. Material: Aço Carbono. Tamanho: Nº 15c. Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EMBALADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	277
LOTE 07 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DIVERSOS				
1	421227	Ativação Dual. Componentes: Autocondicionante. Composição: Dois Componentes, Passo Único. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ADESIVO ODONTOLÓGICO UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, MONOCOMPONENTE E AUTOCONDICIONANTE, COMPATÍVEL COM AS TÉCNICAS ADESIVAS AUTOCONDICIONANTE, CONDICIONAMENTO SELETIVO E CONDICIONAMENTO TOTAL. DEVE CONTER MONÔMERO FUNCIONAL COMO 10-MDP (10-METACRILOXILDECIL DIHIDROGENOFOSFATO) OU EQUIVALENTE, QUE PROPORCIONE ADESÃO QUÍMICA ESTÁVEL A ESMALTE, DENTINA, CERÂMICA, ZIRCÔNIA, METAIS E RESINAS COMPOSTAS. COMPATÍVEL COM MATERIAIS RESTAURADORES À BASE DE METACRILATO, INCLUINDO RESINAS COMPOSTAS E CIMENTOS RESINOSOS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR ALTA RESISTÊNCIA À UMIDADE, DESEMPENHO ESTÁVEL SOB BAIXA INTENSIDADE LUMINOSA E ESTABILIDADE QUÍMICA PROLONGADA APÓS ABERTURA DO FRASCO. O VOLUME MÍNIMO DO FRASCO DEVE SER 5 ML, COM TAMPA VEDANTE E DOSADOR TIPO GOTEJADOR. DEVE POSSUIR VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA E REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA. A EMBALAGEM DEVE SER ORIGINAL, LACRADA E CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E INSTRUÇÕES DE USO EM PORTUGUÊS.	UN	328

2	391582	Condicionador Dental. Tipo: Ácido Fosfórico. Concentração: 37%. Aspecto Físico: Gel. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ÁCIDO FOSFÓRICO A 37%; ATAQUE ÁCIDO EM GEL-SERINGA PARA ESMALTE E DENTINA; DESTINADO PARA CONDICIONAMENTO ÁCIDO DE DENTINA E/OU ESMALTE UTILIZADOS EM RESTAURAÇÕES, FIXAÇÃO, CIMENTAÇÃO E SELAMENTO; CORANTE AZUL; VISCOSIDADE ADEQUADA; ISENTO DE SÍLICA; SOLÚVEL EM AGUA, EMBALAGEM COM 3 SERINGAS DE 2,5ML CADA E 3 PONTEIRAS. DEVENDO CONSTAR EXTERNAMENTE NA CAIXA MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DE ARMAZENAMENTO, VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA.REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 3 UNIDADES	386
3	410559	Aplicador Odontológico. Tipo Haste: Dobrável. Tipo Uso: Descartável. Material: Plástico. Características Adicionais: Pontas Fibras Não Absorventes. Tipo Ponta: Regular. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: APLICADOR ODONTOLÓGICO (TIPO MICROBRUSH), TAMANHO: 2MM - REGULAR, HASTE FLEXÍVEL DOBRÁVEL, DESCARTÁVEL, PONTAS EM FIBRAS NÃO ABSORVENTES, ISENTA DE FIAPOS, MATERIAL: EM POLIPROPILENO E FIBRAS DE POLIAMIDA, EMBALAGEM: COM 100 UNIDADES.	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	370
4	406150	Carbono Para Articular Uso Odontológico. Material: Em Papel. Formato: Formato De Fita. Cor: Dupla Face - 2 Cores. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Apresentação: Em Folha. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PAPEL CARBONO OCLUSAL 100MICRA PARA REGISTRO DOS CONTATOS OCLUSAIS NOS PROCEDIMENTOS DE AJUSTE DE RESTAURAÇÕES, PEÇAS PROTÉTICAS E SUPERFÍCIES DENTAIS. CARACTERÍSTICAS: REGISTROS SIMULTÂNEOS DAS ARCADAS SUPERIOR E INFERIOR; PERMITE DUPLA CHECAGEM DA OCLUSÃO; RESISTENTE À TRAÇÃO E À UMIDADE; DUPLA FACE COM DUPLA COR (AZUL E VERMELHO). RECOBERTO POR FINA CAMADA DE PARAFINA. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	291
5	438121	Disco - Uso Odontologia. Tipo: Lixa. Material: Poliéster + Óxido De Alumínio. Tipo Face: Monoface. Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandril C/ Parafuso. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO, POLIETILENO TEREFTALATO, RESINA BORRACHA SINTÉTICA, CORANTE BASE ÁGUA. DISCO COM FURO PARA ENCAIXE EM MANDRIL COM PARAFUSO, COM GRANULAÇÕES SORTIDAS: GROSSA, MÉDIA, FINA E X-FINA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES SORTIDAS DE 16MM.	PCT COM 50 UNIDADES SORTIDAS	350
6	423570	Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Poliéster + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 170 MM. Largura: Cerca De 4 MM. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LIXA ABRASIVA DE POLIÉSTER 4MM 150X1. TIRAS DE LIXA EM POLIESTER, FLEXÍVEIS E AUTOCLAVÁVEIS, MEDINDO 4MM DE LARGURA E 170MM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM COM 150 TIRAS. INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO EM SUPERFÍCIES PROXIMAIS DE RESTAURAÇÕES REALIZADAS COM RESINA COMPOSTA.	CAIXA COM 150 TIRAS	34

7	406283	Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Aço Inoxidável + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 150 MM. Largura: 4 MM. Apresentação: Envelope C/ 12 Unidades Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LIXA ABRASIVA DE AÇO 4MM 12X1. TIRAS DE AÇO ABRASIVAS COMPOSTAS DE AÇO INOXIDÁVEL E ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM 4MM DE LARGURA. INDICADA PARA REMOÇÃO DE EXCESSO DE AMÁLGAMA INTERPOSTO NAS AMEIAS. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	PCT COM 12 UNIDADES	158
8	406281	Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Aço Inoxidável + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 150 MM. Largura: 6 MM. Apresentação: Envelope C/ 12 Unidades Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LIXA ABRASIVA DE AÇO 6MM 12X1. TIRAS DE AÇO ABRASIVAS COMPOSTAS DE AÇO INOXIDÁVEL E ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM 4MM DE LARGURA. INDICADA PARA REMOÇÃO DE EXCESSO DE AMÁLGAMA INTERPOSTO NAS AMEIAS. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	PCT COM 12 UNIDADES	70
9	338686	Pasta Abrasiva. Tamanho Grão: 6 A 8 Microns. Aplicação: Polimento Final De Porcelana E Resina. Composição: Carbowax, Óxido Alumínio, Etileno Glicol, Corante. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PASTA PARA POLIMENTO DE RESINA A BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM GRANULAÇÃO EXTRA-FINA DE 6 A 8 MICRONS. APRESENTAÇÃO: SERINGA COM 4G. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
10	406147	Matriz Odontológica. Material: Poliéster. Tipo: Pré-Cortada. Formato: Fita. Apresentação: Envelope 50 Folhas De 10cm. Largura: 10 MM. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TIRAS DE POLIÉSTER CAIXA COM 50 UNIDADES. TAMANHO 100X10X0.05 MM. PARA RESTAURAÇÃO É NECESSÁRIO O USO DA TIRA DE POLIÉSTER, COM A FUNÇÃO DE CONFINAR SOB PRESSÃO, O MATERIAL RESTAURADOR NO INTERIOR DA CAVIDADE	CAIXA COM 50 UNIDADES	101
11	404895	Escova De Robson Uso Odontológico. Tipo Ponta: Taça. Uso: Contra-Ângulo. Cor: Preta. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESCOVA DE ROBSON USO ODONTOLÓGICO TIPO PONTA PLANA, HASTE CONTRA-ÂNGULO, CERDAS MACIAS E ABRASIVAS DE MONOFILAMENTO DE NYLON 6.0 COM MEDIDA 018MM COR PRETA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	2000
12	453410	Mandril Odontológico. Material: Latão. Modelo: Adaptador De Pontas De Alta Rotação. Compatibilidade: Para Contra Ângulo.	UN	70
13	417702	Pasta Profilática. Composição Básica: Pedra Pomes. Composição: Lauril Sulfato De Sódio. Características Adicionais: Com Fluor. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PASTA PROFILÁTICA. COMPOSIÇÃO: PEDRA POMES, GLICERINA, LAURILSULFATO DE SÓDIO, FLÚOR, FLAVORIZANTE, EDUL CORANTE, CORANTE ALIMENTÍCIO, ESPESSANTE, CONSERVANTE E ÁGUA PURIFICADA. APRESENTAÇÃO: BISNAGA PLÁSTICA COM 90G. SABOR MORANGO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, EM CAIXAS, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	269

14	233497	Pedra - Pomes. Material: Rocha Magnética. Cor: Branca. Aspecto Físico: Pó. Aplicação: Limpeza Dental. Uso: Odontológico. Características Adicionais: Extrafino. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PEDRA POMES EXTRA FINA (QUARTZO 6230). APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100 GRAMAS.	FRASCO COM 100G	59
15	406293	Sugador. Material: Resina Abs/Polipropileno/Pvc. Tipo: Sangue. Apresentação: Embalagem Individual. Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL -MATERIAL: TUBO PRINCIPAL: PVC, PONTEIRA: POLIPROPILENO E PIGMENTO; EMBALAGEM ESTERILIZADA INDIVIDUALMENTE (ÓXIDO DE ETILENO); PONTA FINA, ADAPTA-SE NAS CAVIDADES; PERFEITO ENCAIXE NA MANGUEIRA; SAÍDA DE AR PARA SUÇÃO CONSTANTE; DESCARTÁVEL; EMBALAGEM CAIXA COM 20 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 20 UNIDADES	59
16	406292	Sugador. Material: Pvc. Tipo: Saliva. Características Adicionais: C/ Arame. Apresentação: Pacote C/ 40 Unidades. Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL INDICADO PARA SUÇÃO DE SALIVA E OUTROS LÍQUIDOS DA CAVIDADE BUCAL EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. MATERIAL: PVC ATÓXICO; DIÂMETRO: 7MM; COMPRIMENTO: 107 A 113MM; PONTEIRA EXTRA MACIA, COLORIDA EM PVC, VAZADA E AROMATIZADA . TUBO: COR TRASPARENTE COM FIO DE AÇO. NÃO ESTÉRIL. EMBALAGEM CONTENDO 40 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 40 UNIDADES	1394
17	246952	Lubrificante Odontológico. Composição Básica: Óleo Mineral. Apresentação: Spray Com Adaptador. Aplicação: Caneta De Alta E Baixa Rotação. Características Adicionais: Sem Cfc. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LUBRIFICANTE SPRAY PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 100ML. ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL NÃO TÓXICO, DE BAIXA VISCOSIDADE E COM ELEVADO GRAU DE PUREZA, PREVININDO OXIDAÇÕES E LUBRIFICANDO AS PARTES MÓVEIS DE INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS. PRODUTO EMBALADO EM FRASCO DE 200ML	FRASCO COM 200ML	218
18	428166	Verniz Dentário. Composição: C/ Fluoreto De Sódio. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: VERNIZ FLUORETADO. INDICADO PARA A FLUORETAÇÃO DO ESMALTE DENTÁRIO, PROFILAXIA DE CÁRIE E COMO TRATAMENTO DESSENSIBILIZANTE DE COLOS DENTINÁRIOS EM CASOS DE LESÕES DE MANCHA BRANCA EM CRIANÇAS E ADULTOS FAVORECENDO O PROCESSO DE REMINERALIZAÇÃO. VERNIZ COM 5% DE FLUORETOS DE SÓDIO E DE CÁLCIO, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO COLOFÔNIA, BÁLSAMO DE TOLÚ E CERA DE ABELHA ESTÉTICO; SECAGEM RÁPIDA; FÁCIL APLICAÇÃO; TEMPO DE LIBERAÇÃO DO FLÚOR É MAIOR. EMBALAGEM COM 1 FRASCO COM 10ML DE VERNIZ E 1 FRASCO COM 10ML DE SOLVENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	56
19	605371	Verniz Dentário. Tipo: Cavitário. Composição: Nitrocelulose. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES. INDICAÇÃO: FORRAÇÕES DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, SOB AS RESTAURAÇÕES A SILICATO. COMPOSIÇÃO: NITROCELULOSE 8G%.FRASCO 15ML. (TIPO CAVITINE). VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	110

20	417242	Hemostático Absorvível. Material: Esponja De Gelatina Liofilizada. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Em Cubo, 1 Cm. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESPONJA HEMOSTÁTICA PRODUZIDA COM 100% DE COLÁGENO PORCINO LIOFILIZADO. PERMITE BOA VISUALIZAÇÃO DO CAMPO CIRÚRGICO. ABSORÇÃO DE 40-50 VEZES SEU PRÓPRIO PESO EM SANGUE TOTAL. REABSORVÍVEL PELO ORGANISMO EM 15 DIAS. MATERIAL ATÓXICO E NÃO PIROGÊNICO. ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. DEVE PROPORCIONAR PROTEÇÃO DO LEITO DA FERIDA CIRÚRGICA. MATERIAL LEVE COM PESO APROXIMADO DE 10MG. DIMENSÕES: 1X1 CM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 10 UNIDADES	200
21	422554	Hemostático Tópico. Princípio Ativo: Cloreto De Alumínio. Aspecto Físico: Líquido. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA PARA CONTENÇÃO DE SANGRAMENTO À BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO A 25%, SULFATO DE HIDROXIQUINOLEÍNA E ÁLCOOL ETÍLICO. LÍQUIDO INCOLOR. PRODUTO ATÓXICO. NÃO CONTÉM EPINEFRINA. EMBALAGEM: FRASCO COM 10 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 10ML	70
LOTE 08 - CIMENTOS ODONTOLÓGICOS				
1	404570	Cimento De Ionômero De Vidro. Tipo: Forração. Ativação: Autopolimerizável. Aspecto Físico: Pó + Líquido. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO DE IÔNOMERO DE VIDRO F. KIT: PÓ E LÍQUIDO. PÓ - COMPOSIÇÃO: FLUORSILICATO DE CÁLCIO, BÁRIO DE ALUMÍNIO, ÁCIDO POLIACRÍLICO LIOFILIZADO E CARGAS IÔNICAS. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10G. LÍQUIDO- COMPOSIÇÃO: ÁCIDO POLIACRÍLICO, ÁCIDO TARTÁRICO E ÁGUA DEIONIZADA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 13ML. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	50
2	436843	Cimento De Ionômero De Vidro. Tipo: Restaurador, Alta Viscosidade. Ativação: Autopolimerizável. Aspecto Físico: Pó + Líquido. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO DE IÔNOMERO DE VIDRO R. KIT: PÓ E LÍQUIDO. COMPOSIÇÃO: VIDRO DE ALUMINOFLUORSILICATO, ÁCIDO POLICARBOXÍLICO, ÁCIDO TARTÁRICO, FLUORETO DE CÁLCIO E ÁGUA. RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO: 10,4 +- 6,2 MPA. CARACTERÍSTICAS: RESISTÊNCIA À FLEXÃO: 29,5 +- 3,6 MPA; DUREZA KNOOP: 101,1 +- 49,0; LIBERAÇÃO DE FLUORETO APÓS 24H: MAIOR QUE 20 UG/CM²; APRESENTAÇÃO: KIT COM POTE DO PÓ COM 10G, FRASCO DO LÍQUIDO COM 8G., 1 DOSADOR DE PÓ E 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA REGISTRO NA ANVISA.	KIT	400
3	404547	Cimento Odontológico. Tipo: Obturador Provisório. Composição: Com Flúor. Aspecto Físico: Pasta Única. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO PARA RESTAURAÇÃO PROVISÓRIA. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE CÁLCIO, ACETATO DE POLIVILINA, MENTOL, DIBUTILFTALATO. APRESENTAÇÃO: POTE COM 20G. (SIMILAR À MARCA COLTOSOL). VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	101

4	404562	Hidróxido De Cálcio Uso Odontológico. Tipo: Cimento. Aspecto Físico: Base + Catalisador. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO APRESENTAÇÃO: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO E AUTO-ENDURECÍVEL, FORRADOR DE CAVIDADE E AGENTE CAPEADOR PULPAR; SISTEMA COM DUAS PASTAS: BASE, CONTENDO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO E ÓXIDO DE ZINCO E CATALISADOR, CONTENDO SULFATO DE BÁRIO, RESINA DE POLIMETILENESALICILATO E METILSALICILATO, COM PH DE APROXIMADAMENTE 12. PRESA REGULAR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BLOCO ESPATULADOR. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KIT COM 13G DE BASE E 11G DE CATALISADOR VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	129
5	422120	Cimento Odontológico. Tipo: Temporário. Composição: Óxido De Zinco E Eugenol. Aspecto Físico: Pó + Líquido. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO RESTAURADOR TEMPORÁRIO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOLAPLICAÇÃO: DENTÍSTICA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÓ: COR MARFIM, COMPOSIÇÃO – ÓXIDO DE ZINCO, POLI METACRILATO DE METILA; LÍQUIDO: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5%. DE PRESA RÁPIDA E ALTA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, COM PROPRIEDADES SEDATIVAS. O PÓ DEVE TER PARTÍCULAS REGULARES DE MESMO TAMANHO, PROPORCIONANDO UMA MASSA CONSISTENTE SEM GRÂNULOS APARENTES. FORMA DE APRESENTAÇÃO: KIT/ CONJUNTO COMPLETO. UNIDADE DE ESTOQUE: KIT/ CONJUNTO COMPLETO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 1 KIT COMPLETO (KIT) QUE DEVE CONTER 1 FRASCO DO PÓ DE 38G (PODENDO VARIAR EM ATÉ -10%) E 1 FRASCO DO LÍQUIDO COM 15 ML. TIPO: IRM OU DE QUALIDADE SUPERIOR VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	57
LOTE 09 - MEDICAÇÕES DE USO ODONTOLÓGICO				
1	374821	Formocresol Uso Odontológico. Composição: Formaldeído + Orto-Cresol. Concentração: 19% + 35% Aproximadamente. Veículo:Em Solução Glicerínada. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FORMOCRESOL 10ML. FORMOCRESOL, MATÉRIA PARA MUMIFICAÇÃO DA POLPA DENTAL, CONSTITUÍDA POR UMA MISTURA DE CRESÓIS E FORMOL. UTILIZADO COMO MEDICAÇÃO CURATIVA INTRACANAL E EM TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS DE DENTES DECÍDUOS COM A FINALIDADE DE MUMIFICAR O TECIDO PULPAR E FIXAR AS POLPAS VIVAS, MANTENDO-AS INERTES E POSSIBILITANDO A CONSERVAÇÃO DO DENTE DECÍDUO ATÉ SUA QUEDA FISIOLÓGICA (PULPOTOMIA). É UM POTENTE AGENTE ANTIMICROBIANO E ANTIBACTERIANO QUE POSSUI AINDA A CAPACIDADE DE NEUTRALIZAR TOXINAS PRESENTES NO CANAL RADICULAR. PRODUTO EMBALADO EM EMBALAGEM DE 10ML. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA.	UN	114

2	419258	Iodofórmio. Aspecto Físico: Pó Ou Cristal Lustroso Amarelo, Odor Desagradável. Fórmula Química: CHI_3 (Tri-Iodometano). Peso Molecular: 393,73 G/MOL. Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99%. Número De Referência Química: Cas 75-47-8. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: IODOFORMIO APRESENTA-SE SOB A FORMA DE PEQUENOS CRISTAIS AMARELOS E BRILHANTES QUE EVAPORAM À TEMPERATURA AMBIENTE E SE VOLATILIZAM COM O VAPOR D'ÁGUA. POSSUI ALTO TEOR DE IODO, EM TORNIO DE 96%, POSSUI EFEITO ANTIMICROBIANO. EMBALAGEM: 01 FRASCO COM 10G. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	57
3	624433	Polimixina B. Composição: Associada Com Neomicina E Hidrocortisona. Concentração: 10.000 Ui/ML + 5 Mg/ML + 10 MG/ML. Forma Farmacêutica: Suspensão Otológica. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: HIDROCORTISONA 10MG/ML+ SULFATO DE NEOMICINA 5MG/ ML+SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI/ML SUSPENSÃO OTO LÓGICA. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 18 MESES NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	105
4	404585	Hidróxido De Cálcio Uso Odontológico. Aspecto Físico: Pó. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. EM PÓ 10G. FORRADOR DENTINÁRIO 100% HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PURO NA FORMA EM PÓ. INDICADO PARA CASOS DE POLPA VIVA E POLPA NECROSADA COM PRESENÇA OU NÃO DE PERIODONTITE APICAL, COMO MATERIAL CAPEADOR DE POLPA EM EXPOSIÇÃO PULPAR ACIDENTAL E PULPOTOMIAS, PROTEGE A POLPA CONTRA OS ESTÍMULOS TERMOELÉTRICOS, PROVOCA A INIBIÇÃO DA PROLIFERAÇÃO BACTERIANA E COMO MATERIAL CURATIVO INTRACANAL. EMBALAGEM: FRASCO 10G. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	101
LOTE 10 - FLUORETOS				
1	428105	Fluoreto De Sódio. Concentração: 0,2%. Forma Farmacêutica: Solução Bucal. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FLÚOR LÍQUIDO PARA BOCHECHO SEMANAL 0,2%: SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SÓDIO A 0,2% INDICADO PARA BOCHECHOS SEMANAIS, APRESENTADO NOS SABORES: MORANGO, MENTA, TUTTI-FRUTTI E SEM SABOR. EMBALAGEM COM 1 LITRO. FLUORSUL SEMANAL - FLUORETO DE SÓDIO A 0,2% 1000 ML. IGUAL OU SUPERIOR À MARCA IODONTOSUL. . VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 1L	55
2	428102	Fluoreto De Sódio. Concentração: 1,23%. Forma Farmacêutica: Gel Tixotrópico. Característica Adicional: Acidulado. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FLÚOR TÓPICO GEL ACIDULADO, TIXOTRÓPICO, COM CONCENTRAÇÃO 1,23%, PARA APLICAÇÃO EM 1 MIN. COM PH ENTRE 3 E 4, SABOR CEREJA OU TUTTI-FRUTTI. FRASCO COM 200 ML. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 200ML. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 200ML	67

3	428103	Fluoreto De Sódio. Concentração: 2%. Forma Farmacêutica: Gel Tixotrópico. Característica Adicional: Neutro. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FLÚOR TÓPICO GEL NEUTRO. COMPOSIÇÃO 2% DE FLUORETO DE SÓDIO EM GEL BASE DE CARÁTER NÃO IÔNICO EM PH NEUTRO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 200ML. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 200ML	185
LOTE 11 - MATERIAIS PARA RADIOGRAFIA				
1	421289	Filme Radiológico. Tipo: Raio-X. Dimensões: 31 X 41 MM. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO PERIAPICAL ADULTO. VELOCIDADE E. TAMANHO 3X4CM. PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. EMBALAGEM COM 150 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 150 UNIDADES	50
2	420611	Filme Radiológico. Tipo: Raio-X. Dimensões: 22 X 35 MM. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO PERIAPICAL INFANTIL. VELOCIDADE F. TAMANHO 22X35MM. PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	12
3	405632	Fixador Radiológico. Aplicação: Para Processamento Manual. Aspecto Físico: Solução Aquosa Pronta Para Uso. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FIXADOR DE IMAGEM PARA PELÍCULA DE FILME PARA RAIOS-X. EMBALAGEM COM 1 FRASCO COM 500ML, CONTENDO: BISSULFITO DE SÓDIO, SULFATO DE ALUMÍNIO E AMÔNIA. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DA VALIDADE TOTAL A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. DISPENSA REGISTRO NO MS.	FRASCO COM 500ML	90
4	405620	Revelador Radiológico. Tipo: Solução Aquosa Pronta P/ Uso. Aplicação: Para Processamento Manual. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: REVELADOR RADIOGRÁFICO MANUAL EMBALAGEM COM 1 FRASCO COM 500ML, CONTENDO: ÁGUA, DIETILENO GLICOL, HIDROQUINONA E CARBONATO DE POTÁSSIO. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DA VALIDADE TOTAL A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. DISPENSA REGISTRO NO MS.	FRASCO COM 500ML	110
5	420232	Acessório Para Radiologia. Tipo: Posicionador Filme. Componentes: Conjunto Completo. Características Adicionais: Até 4 Unidades. Esterilidade: Autoclavável. Tamanho: Adulto. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL (121°C A 134°C) TAMANHO ADULTO. COMPOSIÇÃO: TERMOPLÁSTICO, PIGMENTO E SILICONE ATÓXICO. APRESENTAÇÃO: KIT COM 1 POSICIONADOR PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES E INFERIORES + 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR DIREITO E INFERIOR ESQUERDO + 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR ESQUERDO E INFERIOR DIREITO + 1 POSICIONADOR PARA RADIOGRAFIA INTERPROXIMAL BITE WINGS + 1 POTE PARA ARMAZENAMENTO. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	10

6	420233	Acessório Para Radiologia. Tipo: Posicionador Filme. Componentes: Conjunto Completo. Características Adicionais: Até 4 Unidades. Esterilidade: Autoclavável. Tamanho: Infantil. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL (121°C A 134°C). TAMANHO INFANTIL. COMPOSIÇÃO: TERMOPLÁSTICO, PIGMENTO E SILICONE ATÓXICO APRESENTAÇÃO: KIT COM 1 POSICIONADOR PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES E INFERIORES + 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR DIREITO E INFERIOR ESQUERDO + 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR ESQUERDO E INFERIOR DIREITO + 1 POSICIONADOR PARA RADIOGRAFIA INTERPROXIMAL BITE WINGS + 1 POTE PARA ARMAZENAMENTO. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	10
7	475750	Protetor Radiológico - Tipo Vestuário. Modelo: Avental Frente Longo E Ombro. Material: Borracha Plumbífera. Componente 1: C/ Protetor Tireóide. Proteção Tecido: Equivalência Frente E Tireóide 0,50, Costa 0,25 MM. Adicional 1: Ajustável, Impermeável. Tamanhos: Adulto. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AVENTAL PLUMBÍFERO PARA PACIENTE COM PROTETOR DE TIREÓIDE - FORNECIDO COM PROTEÇÃO DE 0,25MM OU 0,50 MM DE CHUMBO NAS SEGUINTE MEDIDAS: 100X60CM. TAMANHO ADULTO	UN	8
8	475744	Protetor Radiológico - Tipo Vestuário. Modelo: Avental Longo P/ Periapical. Material: Borracha Plumbífera. Proteção Tecido: Equivalência De 0,50 MM. Adicional 1: Ajustável, Impermeável. Tamanhos: Infantil DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AVENTAL PLUMBÍFERO INFANTIL COM PROTETOR PARA TIREÓIDE - FORNECIDO COM PROTEÇÃO DE 0,50 MM DE CHUMBO NAS SEGUINTE MEDIDAS: 60X50CM. TAMANHO INFANTIL	UN	10
9	428168	Acessório Para Radiologia. Tipo: Cartela. Material: Papelão. Características Adicionais: Para 1 Película. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 COM 01 FURO ADULTO. EMBALAGEM COM 100 UN.	PCT COM 100 UNIDADES	48
10	420216	Acessório Para Radiologia. Tipo: Cartela. Material: Papelão. Características Adicionais: Para 2 Películas. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 02 FUROS ADULTO. EMBALAGEM COM 100 UN. CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 COM 02 FUROS ADULTO. EMBALAGEM COM 100 .	PCT COM 100 UNIDADES	24
11	428168	Acessório Para Radiologia. Tipo: Cartela. Material: Papelão. Características Adicionais: Para 1 Película. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 01 FURO INFANTIL EMBALAGEM COM 100 UN.	PCT COM 100 UNIDADES	13
12	420216	Acessório Para Radiologia. Tipo: Cartela. Material: Papelão. Características Adicionais: Para 2 Películas. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CARTÃO PARA RADIOGRAFIA 11,5X8 02 FUROS INFANTIL. EMBALAGEM COM 100 UN.	PCT COM 100 UNIDADES	7
LOTE 12 - INSTRUMENTAIS				
1	272821	Cabo Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº 3. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CABO PARA BISTURI Nº 03	UN	14
2	440162	Bandeja Uso Médico. Material: Aço Inoxidável. Tipo: Lisa. Esterilidade: Esterilizável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BANDEJA CLÍNICA EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL PARA EXAME CLÍNICO. TAMANHO 22X12X1,5CM. ACABAMENTO POLIDO.	UN	56

3	413300	Cabo Espelho Bucal. Material: Aço Inoxidável. Formato: Oitavado. Tipo Uso: Autoclavável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CABO ESPELHO BUCAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO OITAVADO, TIPO USO AUTOCLAVÁVEL	UN	84
4	437557	Espelho Bucal. Material: Aço Inoxidável E Espelho. Tipo: Plano. Tamanho: Nº 3. Uso: Encaixe Universal. Tipo Uso: Autoclavável. Apresentação: Embalagem Individual. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESPELHO BUCAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL E ESPELHO, TIPO PLANO, TAMANHO Nº 3, USO ENCAIXE UNIVERSAL, TIPO USO AUTOCLAVÁVEL, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	151
5	437561	Espelho Bucal. Material: Aço Inoxidável E Espelho. Tipo: 1º Plano. Tamanho: Nº 5. Uso: Encaixe Universal. Tipo Uso: Autoclavável. Apresentação: Embalagem Individual. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESPELHO BUCAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL E ESPELHO, TIPO PLANO, TAMANHO Nº 5, USO ENCAIXE UNIVERSAL, TIPO USO AUTOCLAVÁVEL, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	538
LOTE 13 - DESINFETANTES E ANTISSEPTICOS				
1	269941	Álcool Etilico. Tipo: Hidratado. Teor Alcoólico: 70% (70ºGI). Apresentação: Líquido. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% INPM. PRAZO DE VALIDADE: 75% DA VALIDADE TOTAL DO PRODUTO. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1L. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO UM ANO NO ATO DA ENTREGA.REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 1L	1008
2	343892	Detergente Enzimático. Composição: A Base De Amilase E Protease. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: DETERGENTE ENZIMÁTICO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO, COM ENZIMA HIDROLÍTICA DASUBCLASSE DAS PROTEASES EC 3.4 E ENZIMA DA SUBCLASSE DAS AMILASES EC 3.2. APRESENTAÇÃO: FRASCO 01 LITRO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 1L	21
3	418724	Desinfetante. Princípio Ativo: À Base De Didecildimetilamônio E Phmb. Forma Física: Solução Aquosa Concentrada. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: DESINFETANTE HOSPITALAR DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO COMPOSIÇÃO : CLORETO DE DIDECILDIMETILAMÔNIO E CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA (PHMB) (TIPO: GERMIRIO -GERMISUL). APRESENTAÇÃO: 1 LITRO. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 1L	202
LOTE 14 - FOTOPOLIMERIZADOR				

1	410459	<p>Equipamento Odontológico. Tipo: Fotopolimerizador. Aspecto Físico: Base Peça De Mão Sem Fio. Material Ponteira: Ponteira Fibra Ótica Ou Acrílico. Material Corpo: Plástico Abs. Fonte: Luz Led. Instalação: Elétrica</p> <p>Componentes: Protetor Ocular. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: FOTOPOLIMERIZADOR COM DISPLAY DIGITAL, PROFUNDIDADE DE POLIMERIZAÇÃO DE 6 MM, TEMPORIZADOR PARA POLIMERIZAÇÃO E CLAREAMENTO: 5, 10, 15 E 20 SEGUNDOS, COM BIP SONORO INDICATIVO A CADA 5 SEGUNDOS E NO FINAL DA OPERAÇÃO, TEMPO MÁXIMO DE USO CONTINUO: 300 SEGUNDOS, COM COMANDOS DE PROGRAMAÇÃO NA PRÓPRIA CANETA, CORPO CONFECCIONADO EM ABS INJETADO, INTENSIDADE DE LUZ CONSTANTE, INDEPENDENTE DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA. A SOLIDIFICAÇÃO, NÃO DEVE AFETAR A CURA DA RESINA PELA DIFERENÇA DE CARGA DA BATERIA, TEMPO DE USO CONTÍNUO COM CARGA TOTAL – 150 MINUTOS. SILENCIOSO, SEM VENTILAÇÃO FORÇADA, BIVOLT AUTOMÁTICO 100 – 240V, PONTEIRA DE FOTOPOLIMERIZAÇÃO CONFECCIONADA EM FIBRA ÓPTICA ORIENTADA (SEM FUGA DE LUZ), AUTOCLAVÁVEL A 134°C E COM GIRO DE 360°, SISTEMA STAND BY. DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 2 MINUTOS SEM UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO 01 FOTOPOLIMERIZADOR, 01 FONTE DE ALIMENTAÇÃO, 02 PONTEIRAS, 01 PROTETOR OCULAR E 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES. REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	17
LOTE 15 - BROCAS CARBIDE				
1	403389	<p>Broca alta rotação. Material: carbide. Formato: tronco cônica. Característica adicional: picotada. Tipo haste: haste longa. Tipo corte: cirúrgica. Numeração americana 1: ref. 702. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL CARBIDE, HASTE LONGA Nº 702 REGISTRO NA ANVISA</p>	UN	204
2	403391	<p>Broca Alta Rotação. Material: Carbide. Formato: Tronco Cônica. Característica Adicional: Picotada. Tipo Haste: Haste Longa. Tipo Corte: Cirúrgica. Numeração Americana 1: Ref. 703. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL CARBIDE, HASTE LONGA Nº 703 REGISTRO NA ANVISA</p>	UN	204
3	403873	<p>Broca Alta Rotação. Material: Carbide. Formato: Cônica Longa. Característica Adicional: Topo Arredondado. Tipo Haste: Haste Longa. Tipo Corte: Zekrya. Referência: Ref. 151. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL CARBIDE, CIRÚRGICA, ZECRYA Nº 151, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 01 UNIDADE. REGISTRO ANVISA</p>	UN	204
LOTE 16 - BROCAS DIAMANTADAS				
1	403137	<p>Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Cônica. Característica Adicional: Topo Em Chama. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Fino. Numeração Americana 1: Ref. 1112f. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1112 F COM HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA</p>	UN	156

2	405971	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Cilíndrica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1090. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA CILÍNDRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1090 COM HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	156
3	403093	Broca Alta Rotação Material: Aço Inoxidável. Diamantada Formato: Chama. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 3118. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	252
4	403150	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Chama. Tipo Haste: Haste Curta. Tipo Corte: Corte Fino. Numeração Americana 1: Ref. 3118f. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118 F, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
5	403151	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Chama. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Extra Fino. Numeração Americana 1: Ref. 3118ff. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118 FF, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
6	403152	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Pêra. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Fino. Numeração Americana 1: Ref. 3168f. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA (PÊRA) PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 F, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA	UN	300
7	403153	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Pêra. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Extra Fino. Numeração Americana 1: Ref. 3168ff. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA EM CHAMA (PÊRA) PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 FF, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
8	402944	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1011. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO	UN	204

		NA ANVISA.		
9	402945	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1012. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
10	402946	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1013. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
11	402947	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1014. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	300
12	402948	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1015. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	252
13	402949	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Regular. Tipo Corte: Corte Médio. Numeração Americana: 1016. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016, HASTE REGULAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	108
14	403373	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Longa. Tipo Corte: Cirúrgica. Numeração Americana: 1014. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014, HASTE LONGA, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	252
15	403374	Broca Alta Rotação. Material: Aço Inoxidável Diamantada. Formato: Esférica. Tipo Haste: Haste Longa. Tipo Corte: Cirúrgica. Numeração Americana: 1016. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016, HASTE LONGA, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM GRÃOS DE DIAMANTE DE DIMENSÕES CONTROLADAS, ESTÉRIL PARA O PRIMEIRO USO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REGISTRO NA ANVISA.	UN	252
16	411905	Peças - Equipamento Odontológico. Tipo: Saca Broca. Aplicação.	UN	8

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

VALIDADE: ____/____/____

Aos dias ____ do mês de _____ do
ano de _____, na
____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da
Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei
Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de
Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do
Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, homologado em
_____ e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº _____, de ____/____/____, RESOLVE registrar os
preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas
Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a aquisição de _____ para
atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Barreiras/BA que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO
ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e/ou no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de _____ (_____) meses [limitado a 12 (doze) meses, podendo
ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso], a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial
do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos
registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo
renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço
vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das
empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim
de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos
parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do produto;
- c) o local, hora e prazo do fornecimento;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

Parágrafo Primeiro - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Segundo - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

Parágrafo Quarto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25.

Parágrafo Sétimo - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Parágrafo Décimo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Parágrafo Décimo Primeiro - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

Parágrafo Décimo Segundo - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

Parágrafo Décimo Terceiro - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá

comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Parágrafo Décimo Quarto - Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

Parágrafo Décimo Quinto - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

Parágrafo Décimo Sexto - Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

Parágrafo Décimo Sétimo - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Décimo Oitavo - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo ____) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo ____), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo ____), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – Comete infração administrativa, nos termos da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. praticar ato lesivo previsto no [Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Parágrafo Segundo - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o [Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);
 - ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita [Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);
 - iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) Multa:

1. *Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;*
2. *Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;*
3. *Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;*
4. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.*

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Parágrafo Quarto - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme [Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no [Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no [Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Parágrafo Sexto - Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no [Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo - Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, [Art. 159](#);

Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme [Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);

Parágrafo Nono - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder

Executivo Federal, conforme [Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);

Parágrafo Décimo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [Art. 163 da Lei Nº 14.133/21](#);

Parágrafo Décimo Primeiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta ou do orçamento estimado, ainda que a presente aquisição seja realizada exclusivamente por meio de **Ata de Registro de Preços**, sem formalização de contratos decorrentes;

Parágrafo Segundo - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

Parágrafo Terceiro - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

Parágrafo Quarto - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

Parágrafo Quinto - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

Parágrafo Sexto - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

Parágrafo Sétimo - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

Parágrafo Oitavo - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- pelo decurso do prazo de vigência;
- pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração;

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Barreiras/BA, ____ de ____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Barreiras/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I, IV e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barreiras/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

LOTE XXX						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL						
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

____(nome da empresa)____, CNPJ nº. ____ , sediada ____ (endereço completo)____, declara, sob as penalidades cabíveis, que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Barreiras/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)